

MARINA DE MELO SILVA SOARES OTONI

**O adolescente em conflito com a lei e o outro social:
um estudo psicanalítico sobre a indiferença**

Belo Horizonte

2015

MARINA DE MELO SILVA SOARES OTONI

**O adolescente em conflito com a lei e o outro social:
um estudo psicanalítico sobre a indiferença**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Estudos Psicanalíticos

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Máris Campos Guerra

Belo Horizonte

2015

Nome: Marina de Melo Silva Soares Otoni

Título: O adolescente em conflito com a lei e o outro social: Um estudo psicanalítico sobre a indiferença.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Área de Concentração: Estudos Psicanalíticos

Aprovada em:

Banca examinadora

Prof. Dra. Andréa Máris Campos Guerra – Orientador

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Assinatura: _____

Prof. Dra. Cristiane de Freitas Cunha

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Assinatura: _____

Profª. Dra. Maria José Gontijo Salum

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Andréa Guerra, pela orientação, acolhida generosa, apoio e aposta nos projetos que desenvolvi durante o mestrado.

À Jacqueline, pela escuta precisa e atenta do tema que instigou a realização dessa pesquisa na qualificação, que foi decisiva para definir o rumo do trabalho.

À Maria José Salum, minha supervisora, por ter participado dessa etapa tão importante da minha vida me ajudando a compreender Lacan.

À professora Nádia Laguardia, por me acolher na sua pesquisa.

À Cristiane Cunha por acolher meu convite para participar da banca de defesa.

Aos meus pais, por me ensinar a valorizar o conhecimento.

Aos meus irmãos Sandra e Caio, pela torcida.

Ao Mateus pelo amor, apoio e paciência.

Aos meus filhos Lucas e Daniel, por tornarem meus dias mais felizes.

Ao meu avô Caio Líbano, que despertou em mim a curiosidade e interesse pelo que há de mais humano nas pessoas.

Ao Nelcy e à Celeste, que se disponibilizam a cuidar dos meus filhos com tanto zelo e carinho.

À Salete pela dedicação com meus filhos.

Aos meus queridos colegas de Mestrado Ana Terra, Sanderson Nascimento, Paula Dias e Viviane Alvim, por trilharem esse caminho comigo.

RESUMO

Otoni, Marina de Melo Silvia Soares (2015). *O adolescente em conflito com a lei e o outro social: Um estudo psicanalítico sobre a indiferença*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

O tema dessa pesquisa, que tem como objetivo investigar a indiferença manifesta pelos adolescentes em conflito com a lei que cumprem medida socioeducativa em meio aberto, na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, surgiu do trabalho que realizei com esses jovens, ao longo de nove anos.

A fim de proceder à investigação dessa experiência, recorri aos textos freudianos que abordam o conceito de pulsão, para definir a indiferença na perspectiva da psicanálise. Ao fazê-lo, descrevi a indiferença como uma reação afetiva que um indivíduo pode ter frente a uma situação de sofrimento ou mal-estar que o leva a redirecionar a libido investida nos objetos externos para o seu próprio ego, retornando, assim, a um estado narcísico, há muito tempo perdido. Em seguida, verifiquei nos casos dos adolescentes contemplados nessa pesquisa o que poderia ter desencadeado a indiferença nesses jovens. Ao realizar essa análise, conclui que nesses casos a indiferença surgiu em decorrência da desilusão dos jovens com o outro do crime, o que pode favorecer não só o seu enlaçamento com outros lugares e pessoas, como também a construção de uma nova trajetória de vida. No entanto, ao contrário do que se pode esperar de um jovem que declara que o crime não passa de uma ilusão, os adolescentes pesquisados não interromperam a sua trajetória infracional, permaneceram no tráfico de drogas, mas deixaram de investir no laço libidinal com o outro do crime, tornando-se, por isso, indiferentes.

Essa indiferença manifesta pelo jovem no encontro com o técnico responsável pelo seu acompanhamento na medida apresenta-se como um obstáculo para o trabalho proposto, na medida em que impede que uma relação transferencial com o técnico se estabeleça. Embora a medida socioeducativa não vise o tratamento analítico do jovem, a transferência é necessária nesse processo, que visa, sobretudo, a responsabilização subjetiva. Por isso, recorri na minha pesquisa ao conceito de transferência, trazendo as contribuições de Freud e Lacan, com o intuito de localizar como é possível intervir com jovens indiferentes na medida.

Conclui, ao finalizar a pesquisa, que é necessário que o técnico responsável pelo acompanhamento do jovem na medida retifique o Outro para ele, apresentando um Outro

diferente daquele que ele encontrou na sua própria história, para que uma relação transferencial se estabeleça viabilizando, assim, a realização do trabalho proposto com o adolescente na medida.

Palavras chaves: Psicanálise, Indiferença, Transferência, Medida socioeducativa.

Abstract:

Otoni, M. S. (2015): The adolescent in conflict with the law and the social other: a psychoanalytical study on the indifference. Master's Degree Thesis, Graduate Studies in Psychology, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

The subject of this research, which aims to investigate the indifference shown by adolescents, in conflict with the law, who fulfill socio-educational measures in open environment at the City Government of Belo Horizonte (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte), arose from the work I carried with these young people for nine years.

In order to conduct the investigation of this experience, I resorted to Freud's works that refer to the concept of drive, with a view to define indifference from the perspective of psychoanalysis. In doing so, I described indifference as an affective reaction that an individual may have before a situation of suffering or uneasiness, which makes them redirect the libido invested in external objects to their own ego, returning, thus, to a long lost narcissistic state. After that, I tried to find out what could have provoked the indifference in the adolescents who were subject of this research.

This analysis led me to the conclusion that, in these cases, the indifference was caused by their disillusionment with the other of the crime, what may favor not only their entwinement with other places and people but also the construction of a new life trajectory. However, contrary to what one may expect from a young person who declares that crime is nothing else than an illusion, the adolescents researched did not interrupt their trajectory of infractions and remained in drug trafficking, but stopped investing in the libidinous ties with the other of the crime, becoming, therefore, indifferent.

This indifference shown by the adolescent during the meeting with the technician who was responsible for the monitoring in the measure was an obstacle to the work proposed, since it prevented the establishment of a transference relationship with that technician. Although the socio-educational measure does not aim at the analytical treatment of the adolescent, the transference is necessary in this process, which aims, mainly, at the subjective responsabilization. For this reason, I resorted, in my research, to the concept of transference, bringing the contributions of Freud and Lacan, in order to find out how it is possible to interfere with indifferent young people who are fulfilling socio-educational measure.

I concluded, when I ended the research, that it is necessary that the technician who is responsible for the monitoring of the adolescent fulfilling measure rectify the Other to him/her, introducing one Other who is different from that whom he/she met in his/her own history, so that a transferential relationship can be established, making it possible, thus, that the proposed work with the adolescent fulfilling **socio-educational** measure be done.

Keywords: Psychoanalysis, Indifference, Transfer, Socio-educational measure.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. A INDIFERENÇA NA PERSPECTIVA DA PSICANÁLISE	8
1.1. As pulsões	12
1.2. O Ego	12
1.3. O narcisismo	14
1.4. A natureza das pulsões	16
1.5. Pulsões de vida <i>versus</i> pulsões de morte	19
1.6. A pulsão e seus destinos	23
1.7. O narcisismo na contemporaneidade	27
1.8. A indiferença nos adolescentes em conflito com a lei	29
2. A TRANSFERÊNCIA	34
2.1. A transferência na psicanálise	35
2.2. A transferência: paradigma do amor	38
2.3. O sujeito suposto saber: a estrutura da transferência	41
2.4. O discurso do analista	42
2.5. A transferência na medida socioeducativa	45
2.6. A indiferença	52
3. FRAGMENTOS DE CASOS	56
3.1. Caso Pablo	56
3.1.1. A medida socioeducativa	57
3.1.2. A adolescência na perspectiva da psicanálise	58
3.1.3. O pai na perspectiva lacaniana	61
3.1.4. O caso	63
3.1.5. A indiferença	66
3.2. Caso Wesley	69
3.2.1. A família	69
3.2.2. O tráfico	71
3.2.3. A indiferença	73
3.3. Considerações finais	74
CONCLUSÃO	79
REFERÊNCIAS	84

INTRODUÇÃO

O tema dessa pesquisa, que tem como objetivo realizar um estudo sobre a indiferença na perspectiva da psicanálise, surgiu da experiência adquirida no trabalho realizado, ao longo de nove anos, com adolescentes em conflito com a lei que cumpriram as medidas socioeducativas em meio aberto, Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida, na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

As Medidas Socioeducativas são medidas aplicadas pelo juiz da Vara da Infância e Juventude para os adolescentes de 12 a 18 anos que praticaram uma infração, com o intuito de responsabilizá-los pelo ato infracional praticado. Tais medidas que podem ser cumpridas em liberdade, em regime semi-aberto ou fechado, constam no Estatuto da Criança e do Adolescente, que consiste em uma legislação específica para jovens e crianças, criada no Brasil, em 1990.

O Estatuto prevê seis medidas socioeducativas: Advertência, Reparação de dano, Prestação de serviço à comunidade, Liberdade assistida, Semiliberdade e Internação. É importante ressaltar que embora o Estatuto reconheça os adolescentes como sujeitos de direito em situação peculiar de desenvolvimento, atribuindo-lhes, por isso, a inimputabilidade penal, ele não isenta os mesmos da responsabilidade pelo ato infracional praticado. Mas diferente da lógica punitiva do antigo Código de Menores (1927) e do direito penal, o Estatuto propõe que a responsabilização vai se dar a partir da construção de um novo projeto de vida pelo adolescente.

Essa construção se inicia com a elaboração de um Plano Individual de Atendimento (PIA) pelo adolescente junto com seu técnico de referência, previsto no Sistema Nacional de Acompanhamento Socioeducativo (SINASE), que deverá contemplar os eixos a serem trabalhados ao longo do cumprimento da medida, como educação, saúde, profissionalização, família, cultura e lazer. Espera-se que, por meio desse projeto, o adolescente consiga vislumbrar saídas diferentes da criminalidade para as questões que ele vivencia no cotidiano, que o levam à prática infracional.

Em Belo Horizonte, as medidas socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida são executadas pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em parceria

com o Centro Integrado de Atendimento ao adolescente autor de ato infracional (CIA), pertencente ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Para realizar esse trabalho, a prefeitura não só disponibilizou uma equipe de psicólogos e assistentes social alocada na Secretaria Municipal de Assistência Social, que acompanha os adolescentes autores de ato infracional no cumprimento dessas medidas, como também elaborou uma metodologia específica que prevê atendimentos semanais com os jovens com o intuito de construir com eles o Plano Individual de Atendimento.

Essa metodologia visa a, para além de um cumprimento formal pelo adolescente do que foi determinado pelo juiz em audiência, a responsabilização subjetiva, que para Salum (2012) concerne às respostas e posições que ele assume diante da sua medida e das possibilidades que são apresentadas a ele. Mas para que a medida tenha uma incidência sobre a subjetividade do jovem, é necessário criar condições para que ele conte a sua história. Aposta-se que, ao dar voz ao adolescente, ele vai conseguir não só construir um sentido para o seu ato, localizando as questões que o levaram a infracionar, como também descobrir suas habilidades, interesses e objetivos. Encontrando nesse universo de possibilidades que será apresentado através do Plano Individual de Atendimento algo que faça sentido para ele, e que possa levá-lo a construir um novo projeto de vida.

O que não representa uma tarefa fácil para quem se dispõe a acompanhar o jovem na medida. Por se tratar de uma determinação judicial, o adolescente normalmente apresenta, a princípio, uma resistência em relação ao que é proposto na medida, permanecendo, por isso, em silêncio nos atendimentos, se limitando a responder ao que o técnico pergunta. O que requer do técnico um manejo da situação, para que a transferência, que consiste no estabelecimento de um laço positivo com o adolescente, se estabeleça e um trabalho efetivo na medida seja realizado.

Embora a medida não vise o tratamento analítico do jovem, a transferência é necessária nesse processo, uma vez que sem ela dificilmente o jovem se dispõe a falar e a dar tratamento às questões que o levaram a se envolver com a prática infracional, a buscar no crime uma saída.

Durante os nove anos em que atuei como técnica do Serviço de Execução das Medidas Socioeducativas em meio aberto, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, acompanhando adolescentes em conflito com a lei no cumprimento dessas medidas, deparei-me com jovens

que manifestavam no encontro com o técnico a indiferença, e, por isso, não estabeleciam a transferência, o que dificultava a realização do trabalho proposto.

Foram esses jovens indiferentes que mobilizaram em mim o desejo de realizar essa pesquisa, por se tratar de casos difíceis que, com raras exceções, não tinham um desfecho positivo. A maioria desses adolescentes indiferentes descumpria a medida, se ausentando dos atendimentos, ou a cumpria formalmente, cumprindo o protocolo que foi determinado pelo juiz, mas não se implicando nesse cumprimento, não sendo possível colher o efeito da medida sobre a sua subjetividade.

Como a indiferença não é um conceito psicanalítico, mas um termo que colhi do trabalho realizado com os adolescentes e que transmite a dificuldade vivenciada no encontro com os mesmos, para realizar essa pesquisa torna-se necessário definir inicialmente a indiferença na perspectiva da psicanálise. Para isso, vou recorrer ao conceito de pulsão que Freud desenvolveu na sua obra. Isto porque, embora ele faça menção ao termo indiferença em algumas passagens da sua obra, ele a definiu em um texto escrito em 1915, no qual ele discorre sobre os destinos da pulsão, como um afeto contrário ao amor e ao ódio. Por isso, no início do primeiro capítulo, vou fazer um levantamento dos textos freudianos que abordam o conceito de pulsão, descrevendo a natureza e funcionamento das mesmas, para, então, definir a indiferença. Além desse levantamento, vou consultar também os principais bancos nacionais de pesquisa para localizar os artigos, teses e dissertações de psicanalistas contemporâneos que abordam o tema da indiferença, procurando mostrar como esse afeto é interpretado na atualidade.

Ao finalizar esse capítulo, vou trabalhar em seguida com o conceito de transferência, trazendo as contribuições de Freud e Lacan, para contextualizar a indiferença na relação do adolescente com o técnico responsável por acompanhá-lo na medida. Já que o que mobilizou a realização dessa pesquisa foi a dificuldade vivenciada no encontro com esses adolescentes indiferentes na medida.

Por fim, no terceiro capítulo, vou descrever e analisar dois fragmentos de casos de adolescentes que cumpriram as medidas Socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida respectivamente, que manifestavam a indiferença na relação com o técnico de referência na medida. Utilizarei, então, como recurso metodológico

a análise de fragmentos de casos, com o intuito de localizar a partir desses fragmentos, como é possível operar com jovens indiferentes para que o objetivo da medida que visa, sobretudo, a responsabilização subjetiva, seja alcançado.

Durante os anos em que trabalhei como técnica do Serviço de Execução das Medidas Socioeducativas em meio aberto da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte observei que, com raras exceções, os adolescentes que manifestam a indiferença no encontro com o técnico na medida a descumpre ou cumpre formalmente o que foi determinado pelo juiz, mas nesse caso não é possível colher o efeito da mesma na sua subjetividade. Por isso, acredito que essa pesquisa possa contribuir para o avanço das políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes em conflito com a lei que cumprem medida socioeducativa, na medida em que ela pode esclarecer como é possível intervir nesses casos para que um trabalho efetivo seja realizado com o jovem e ele possa, a partir da medida, interromper sua trajetória infracional e vislumbrar um novo projeto de vida.

1. A INDIFERENÇA NA PERSPECTIVA DA PSICANÁLISE

Esse capítulo tem como objetivo definir a indiferença na perspectiva da psicanálise. Como dito na introdução, a partir de minha experiência de acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, tornou-se premente a discussão sobre a indiferença manifesta na relação dos jovens com os técnicos. A fim de proceder à investigação dessa experiência, destaquei a noção de indiferença no campo psicanalítico. Notadamente, vou realizar uma revisão sobre a maneira como a indiferença, articulada à dimensão pulsional, comparece no texto freudiano. Mas também avançarei com os autores brasileiros contemporâneos, tentando localizar como esse afeto tem sido interpretado na atualidade.

Para isso, consultei os principais bancos nacionais de pesquisa¹ buscando os artigos, dissertações e teses recentes relacionadas ao tema encontrando, ao finalizar essa busca, alguns trabalhos. Apesar do pouco material encontrado, os artigos revelam que para alguns psicanalistas contemporâneos que se debruçam sobre o tema, como Koltai (1999), Farah (2003) e Nascimento; Caniato (2010), a indiferença surge como uma reação afetiva comum do indivíduo, que ganha generalidade na época atual, frente a diversas situações que podem desencadear nele um sofrimento ou mal-estar.

Como nesse trabalho a indiferença será abordada a partir da experiência com os adolescentes em conflito com a lei, que cumprem medida socioeducativa em meio aberto na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, partirei dessa realidade para analisá-la. Mas, inicialmente, vou recorrer aos textos freudianos que abordam o conceito de pulsão para definir a indiferença na perspectiva da psicanálise para, então, contextualizá-la a partir do trabalho realizado com os adolescentes no contexto socioeducativo.

1.1. As pulsões

Freud (1915/1974) descreveu a pulsão como o conceito mais importante e, ao mesmo tempo, mais obscuro, para a pesquisa psicológica e para a psicanálise. O termo pulsão, quase não é encontrado nos artigos que compõem a obra freudiana referentes ao período de Breuer, ou na

¹ Portal da Capes, Cielo e BVS Psicologia Brasil foram as fontes consultadas. Para realizá-la, utilizei os seguintes termos: “psicanálise”, “indiferença” e “medida socioeducativa”.

correspondência com Fliess, ou mesmo em *A interpretação dos sonhos* (1900-01/1972), só sendo mencionado pela primeira vez, nos *Três Ensaios sobre a sexualidade* (1905/1972), como pulsão sexual, sendo a libido estabelecida como expressão da mesma. Mas, embora Freud não fizesse, nesse período, menção ao termo pulsão, este aparecia com outros nomes, como excitações, ideias afetivas, impulsos anelantes, estímulos endógenos, dentre outros.

Por tratar-se de um conceito difícil de ser abordado, Freud (1915/1974) vai analisar a pulsão a partir de alguns aspectos, visando a sua definição. Partindo inicialmente de uma base fisiológica, Freud (1915/1974) relaciona a pulsão a um estímulo aplicado à mente, mas ressalta que é arriscado igualá-la a um estímulo mental. Tal risco reside no fato de existirem outros estímulos que são aplicados à mente e que não são de natureza pulsional, porque agem como se fossem estímulos fisiológicos. Por isso, Freud (1915/1974) procura diferenciá-los, descrevendo os estímulos pulsionais como aqueles que têm sua origem em fontes de estimulação dentro do organismo e que, diferente dos estímulos fisiológicos, atua como uma força constante que não pode ser eliminada, mantendo um afluxo incessante e inevitável de estimulação.

Ao fazê-lo, ele observa que os estímulos pulsionais, ao contrário dos estímulos externos, que podem ser eliminados pelo sistema nervoso por meio de movimentos musculares, exigem muito mais deste. Eles o obrigam não só a realizar atividades complexas e interligadas, visando à modificação do mundo externo e, conseqüentemente a sua satisfação, mas também a renunciar à sua intenção de afastar os estímulos, por atuar como uma força constante.

Partindo, então, de um ponto de vista fisiológico, Freud (1915/1974) chega à natureza essencial das pulsões, recorrendo, em seguida, à biologia, descrevendo as pulsões como:

um conceito situado na fronteira entre o mental e o somático, como o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente, como uma medida da exigência feita à mente no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo. (Freud, 1915/1974, p. 142).

Ao descrevê-la dessa forma, Freud (1915/1974) analisa alguns aspectos que caracterizam a pulsão, tais como: sua pressão, finalidade, objeto e fonte. A pressão de uma pulsão é compreendida por Freud (1915/1974) como a quantidade de força ou medida da exigência de trabalho que ela representa. Sendo a característica de exercer pressão comum a todos as pulsões, sua essência. Já a sua finalidade é sempre a satisfação, que pode ser alcançada

através de diferentes caminhos e objetos, sendo os objetos o que há de mais variável na pulsão. Por isso, eles não estão originalmente ligados a ela, podendo ser modificados durante a sua existência. Por último, por fonte, Freud (1915//1974) compreende “o processo somático que ocorre num órgão ou parte do corpo, e cujo estímulo é representado na vida mental por uma pulsão” (Freud, 1915/1974, p. 143).

Quanto à classificação das pulsões, Freud (1915//1974) distingue inicialmente dois grupos de pulsões primordiais: pulsões do ego ou autopreservativas², e as pulsões sexuais. Tal classificação partiu da observação das neuroses de transferência (histeria e neurose obsessiva) que revelavam que na raiz de uma afecção desse tipo se encontra um conflito entre as exigências da sexualidade e as do ego.

Mas essa forma de classificar as pulsões vai sofrer modificações ao longo da obra de Freud, sobretudo, com a introdução do conceito de narcisismo e a pesquisa realizada acerca do funcionamento do Ego, que revelaram que as pulsões do ego, assim como as sexuais, também são de natureza libidinal, pois o próprio Ego é catexizado pela libido. Por isso, para compreendermos a natureza das pulsões, é necessário trazer as considerações que Freud fez na sua obra sobre o funcionamento do Ego e o conceito de narcisismo.

1.2. O Ego

Para compreender o funcionamento do Ego, Freud (1923/1976a) parte de uma observação de Georg Groddeck. Segundo o autor “o ego comporta-se essencialmente de modo passivo na vida e que nós somos vividos por forças desconhecidas e incontroláveis”. (Freud, 1923/1976a, p.37). Buscando contextualizar essa observação na ciência, Freud (1923/1976a) descreve o ego como uma entidade psíquica que se inicia no sistema pré-consciente e se estende até o Id³, se comportando como se fosse inconsciente. Pois o Ego é originalmente uma parte do Id que foi modificada pela influência direta do mundo externo, por intermédio do sistema pré-consciente, se diferenciando, assim, deste.

² Foi em 1910, em um artigo intitulado *Perturbações psicogênicas da visão*, que Freud introduziu a expressão pulsões do ego, relacionando-as as pulsões autopreservativas e também a função repressiva.

³ O Id foi descrito por Freud (1932) como um sistema do aparelho mental que representa a sua parte inconsciente e contém as paixões instintuais.

Mas, o Ego não é só uma parte do Id que foi modificada pela influência do mundo externo, Freud (1923/1976a) presumiu também a existência de uma gradação no Ego, que ele denominou de Ideal do Ego ou Superego. Para Freud (1923/1976a), o Ideal do Ego ou Superego, que se originou do Complexo de Édipo, ocupa no Ego uma posição especial, pois se trata da primeira e mais importante identificação do indivíduo, a identificação com o pai em sua pré-história pessoal.

Por ocupar essa posição especial, o Superego não só se mantém à parte do Ego, dominando-o sob a forma de consciência, observando, analisando e punindo, por isso, suas ações, mas também mantém uma relação íntima com o Id, atuando como o seu representante vis-à-vis do Ego.

Dessa forma, o Ego recebe os conteúdos do Id por duas vias: uma direta e outra por intermédio do Superego. Como uma criatura fronteira, cabe a ele mediar a relação do Id com o mundo externo, tentando torná-lo dócil para o mundo, e, ao mesmo tempo, fazer o mundo coincidir com os desejos do Id, buscando, assim, substituir o princípio de prazer, que reina absoluto no Id pelo de realidade. Para isso, o Ego se esforça para sujeitar o Id a si, se oferecendo como um objeto libidinal, tentando, assim, ligar a libido do Id a si próprio. Ao fazê-lo, o Ego transforma a libido do objeto em libido narcísica, o que implica um abandono de objetivos sexuais, uma dessexualização, uma espécie de sublimação.

pode-se dizer que essa transformação de uma escolha objetual erótica numa alteração do ego constitui também um método pelo qual o ego pode obter controle sobre o id e aprofundar suas relações com ele - à custa, é verdade, de sujeitar-se em grande parte às exigências do id. Quando o ego assume as características do objeto, ele está-se forçando, por assim dizer, ao id como um objeto de amor e tentando compensar a perda do id dizendo: Olhe, você também pode me amar; sou semelhante ao objeto (Freud, 1923/1976a, p. 44).

Aqui vale fazer uma ressalva. Embora Freud (1923/1976a) afirme que a libido está a princípio acumulada no Id, sendo, então, enviada para catexizar os objetos do mundo externo, e em consequência disso o Ego tenta atrair essa libido para si impondo-se ao Id como um objeto amoroso, no capítulo II, do *Esboço de Psicanálise*, escrito em 1938, Freud (1938/1974) descreve um outro processo. Ele menciona que a totalidade da libido que se origina no Id é armazenada inicialmente no Ego, estado que ele denomina de narcisismo primário, que vai perdurar até o Ego começar a catexizar os objetos do mundo externo com a libido. Dessa

forma, Freud (1938/1974) descreve dois processos diferentes, mas que não são incompatíveis, narcisismo primário e secundário.

Para compreender como esses processos se desenvolvem, vou recorrer às considerações que Freud (1914/1969c) faz na sua obra sobre o narcisismo. Tais considerações podem contribuir para o esclarecimento da indiferença, pois como foi anunciado no início desse capítulo, a indiferença é um afeto contrário ao amor e ódio, que no caso dos adolescentes em conflito com a lei impede que um vínculo se estabeleça entre ele e o técnico responsável pelo seu acompanhamento na medida. Ora, se o narcisismo é um processo que resulta no retorno ou represamento da libido no Ego do sujeito, que, nessa situação, deixa de catexizar libidinalmente os objetos do mundo externo, será que podemos relacionar a indiferença com o narcisismo? Será que ela não é decorrente desse processo?

1.3. O narcisismo

Foi em 1914, no texto intitulado *Sobre o narcisismo: uma introdução*, que Freud (1914/1969c) se debruçou sobre o tema do narcisismo primário. Para desenvolvê-lo, Freud (1914/1969c) observou, inicialmente, o comportamento de algumas pessoas, que pode ser caracterizado como narcisista, descrevendo, então, o narcisismo como:

a atitude de uma pessoa que trata seu próprio corpo da mesma forma pela qual o corpo de um objeto sexual é comumente tratado - que o contempla, vale dizer, o afaga e o acaricia até obter satisfação completa através dessas atividades. Desenvolvido até esse grau, o narcisismo passa a significar uma perversão que absorveu a totalidade da vida sexual do indivíduo, exibindo, conseqüentemente, as características que esperamos encontrar no estudo de todas as perversões. (Freud, 1914/1969c, p. 89)

Assim, a princípio, parecia que esse comportamento era característico dos perversos, mas Freud (1914/1969c) e outros psicanalistas foram surpreendidos pelo fato de que a atitude narcisista pode ser observada também em pessoas que apresentam outras perturbações e na condução do tratamento analítico com neuróticos, representando, nesse caso, um obstáculo ao tratamento, na medida em que constitui um dos limites à susceptibilidade do paciente à influência do terapeuta. Sendo que, nessa situação, a atitude narcísica não representa uma perversão, mas “o complemento libidinal do egoísmo do instinto de autopreservação” (Freud, 1914/1969c, p. 90).

Foram essas observações que levaram Freud (1914/1969c) a supor que existe um narcisismo primário e normal, ou seja, uma localização da libido descrita como narcísica que pode ser encontrada no curso regular do desenvolvimento sexual humano. Para aprofundar sua hipótese, Freud (1914/1969c) se ocupou da análise de pessoas que sofrem de uma doença orgânica ou que desenvolveram um quadro de hipocondria, e também da vida erótica de homens e mulheres. Mas, embora esse estudo tenha contribuído para o esclarecimento do narcisismo, foi a análise das parafrenias, da demência precoce e da esquizofrenia, que possibilitou a Freud (1914/1969c) confirmar sua hipótese, recorrendo, assim, às patologias para compreender um fenômeno que parecia ser normal e fazer parte do desenvolvimento emocional.

Para analisar as parafrenias, Freud (1914/1969c) verificou se a hipótese da teoria da libido, que distingue as pulsões sexuais das pulsões do ego, se aplica também a outras perturbações, como a esquizofrenia. Ao fazê-lo, ele vê a necessidade de se ocupar da concepção de um narcisismo primário e normal, pois esses pacientes, que ele chama de parafrênicos, apresentavam duas características fundamentais: megalomania e desvios de seu interesse do mundo externo, de pessoas e coisas, que só podiam ser esclarecidas se ele levasse em consideração essa concepção. Para compreender, então, essas patologias, Freud (1914/1969c) se perguntou sobre o destino da libido que na esquizofrenia foi afastada dos objetos externos.

Foi rastreando a megalomania que Freud (1914/1969c) chegou a uma conclusão acerca do destino da libido nos pacientes esquizofrênicos, pois este estado surge à medida que a libido objetual, que foi afastada do mundo externo, é direcionada para o Ego do indivíduo esquizofrênico, dando margem a uma atitude que pode ser denominada de narcisismo. Mas, Freud (1914/1969c) observou que a megalomania é uma condição que já existia previamente, antes mesmo de isso acontecer, o que o levou a considerar o narcisismo que surge através da indução de catexias objetais como secundário, superposto a um narcisismo primário.

Essa hipótese levantada por ele a partir da observação da esquizofrenia, de que existe um narcisismo primário e original, foi reforçada por suas observações a respeito da vida mental das crianças e dos povos primitivos, que apresentavam comportamentos em relação ao mundo externo, que podiam ser caracterizados como megalomaníacos. Observando-os, Freud (1914/1969c) concluiu mais uma vez que “há uma catexia libidinal original do ego, parte da

qual é posteriormente transmitida a objetos, mas que fundamentalmente persiste e está relacionada com as catexias objetais” (Freud, 1914/1969c, p. 92).

Essa descoberta colocou em xeque a divisão que Freud (1920/1976c) fez inicialmente entre pulsões sexuais e pulsões do ego. Se uma parte das pulsões do Ego também é de caráter libidinal e tomou o próprio Ego do sujeito como seu objeto, então, é provável que as pulsões sexuais encontram-se ao lado de outras que operavam no ego, o que culminou não só com uma nova divisão e classificação das pulsões, que se deu entre libido do Ego e libido objetal⁴, mas também em alguns questionamentos em relação ao conceito de libido.

O conceito de libido até, então, usado para identificar as pulsões sexuais ficou ameaçado, pois se as pulsões do Ego também são de natureza libidinal, parecia inevitável para Freud (1929-30/1974) que a libido tivesse que coincidir com a energia pulsional geral, como Jung já advogara anteriormente. No entanto, permanecia em Freud (1914/1969c) a convicção de que as pulsões não podiam ser todas da mesma espécie, o que o motivou a realizar em 1920, no texto intitulado *Além do Princípio de Prazer* uma pesquisa sobre a natureza das pulsões.

Toda essa discussão nos interessa na medida em que, ao estudar a natureza das pulsões, Freud se detém na discussão dos afetos de amor e de ódio, verificando que a indiferença é um afeto contrário ao amor e ódio. Além disso, a introdução da dualidade entre pulsão de vida e pulsão de morte nos permitirá compreender como que o amor pode se transformar em ódio, o ódio em amor e o amor-ódio em indiferença.

1.4. A natureza das pulsões

Para realizar a pesquisa sobre a natureza das pulsões, Freud (1920/1976c) parte da análise de um fenômeno que acontece durante o tratamento psicanalítico, a compulsão à repetição. Ele observa que durante o tratamento o paciente não é capaz de recordar, em função da resistência que se origina no Ego⁵, a totalidade do que nele se acha reprimido. Parte do material reprimido, que se relaciona à infância do paciente, é, então, revivido, atuado (*acted out*) pelo

⁴ A diferenciação entre pulsões do Ego e pulsões objetais, ou seja, da libido em uma espécie que é adequada ao Ego e outra que é adequada aos objetos, representa um corolário de uma hipótese original que estabelecia uma distinção entre pulsões do Ego e pulsões sexuais.

⁵ Freud (1920/1976c) ressalta que para compreender a compulsão à repetição é necessário reconhecer que a resistência parte do Ego e não do inconsciente, como grande parte dos psicanalistas tendem a pensar, pois este não oferece resistência alguma ao tratamento, pelo contrário, se esforça para abrir caminho até à consciência.

paciente como se fosse uma experiência contemporânea, através da relação transferencial que ele estabelece com o médico, ao invés de ser recordado como um evento do passado.

Ao observar o conteúdo desse material, Freud (1920/1976c) constata que se trata de experiências relacionadas à vida sexual infantil do paciente que não são capazes de produzir prazer, porque levam à satisfação de moções pulsionais que, no passado, causaram desprazer, mas que a despeito disso, são repetidas, sob a pressão de uma compulsão.

Freud (1920/1976c) observa ainda que essas vivências que se repetem durante o tratamento analítico, causando desprazer ao paciente, também podem ser observadas na vida de pessoas normais, que diferente daquelas que se submetem a um tratamento analítico, não apresentam nenhum sintoma que denuncia a presença de um conflito neurótico. São pessoas que vivenciam situações que dão a impressão de que são perseguidas por um “destino maligno”, como o caso citado por ele de uma mulher que se casou três vezes e o casamento teve o mesmo desfecho, o marido caiu doente, logo após a cerimônia de casamento, e ela teve que cuidar dele em seu leito de morte. Embora pareça que elas são vítimas de um “destino maligno”, Freud (1920/1976c) acredita que essas pessoas são responsáveis por esses acontecimentos que, para ele, foram determinados por influências infantis primitivas.

Foram essas observações que levaram Freud (1920/1976c) a reconhecer que existe na mente uma compulsão à repetição, que sobrepuja o princípio de prazer⁶, e a relacionar essa compulsão com os sonhos que ocorrem nas neuroses traumáticas e o impulso que leva as crianças a brincar.

Freud (1920/1976c) parte, então, para a análise de situações que não se opõem ao princípio de prazer, mas que ocorrem independente dele e, até certo ponto, desprezando-o, como os sonhos de pacientes que sofrem de neurose traumática. Trata-se de sonhos que, ao contrário do esperado, despertam no paciente a ansiedade omitida anteriormente, que levou ao aparecimento da neurose traumática, dominando, assim, retrospectivamente o estímulo ao qual o paciente ficou exposto na ocasião do trauma. O que, para Freud (1920/1976c), explica

⁶ O Princípio de Prazer corresponde a um mecanismo de funcionamento da mente que se esforça por manter a quantidade de excitação presente no aparelho mental tão baixa quanto possível ou constante, pois o aumento na quantidade de excitação corresponde ao desprazer, e o prazer a uma diminuição.

porque esses sonhos não podem ser classificados como realização de desejo, pois eles surgem, a princípio, em obediência à compulsão à repetição, podendo ocorrer também fora da análise.

No caso das brincadeiras de criança, Freud (1920/1976c) observa que elas repetem experiências desagradáveis com o intuito de dominar uma impressão poderosa de modo ativo, ao invés de experimentá-las passivamente. Foi a análise dessas brincadeiras e a análise dos sonhos traumáticos que levaram Freud (1920/1976c) a afirmar que as manifestações de uma compulsão à repetição que ocorrem no tratamento psicanalítico e na vida de pessoas normais, que aparentemente são perseguidas por um destino maligno, apresentam um caráter pulsional.

Freud (1920/1976c) se depara, assim, com um atributo universal das pulsões e da própria vida orgânica, sua natureza conservadora, o que a princípio lhe causou uma estranheza, já que até então, ele havia descrito as pulsões como forças internas que impulsionam o organismo a se desenvolver.

Parece, então, que uma pulsão é um impulso, inerente à vida orgânica, a restaurar um estado anterior de coisas, impulso que a entidade viva foi obrigada a abandonar sob a pressão de forças perturbadoras externas, ou seja, é uma espécie de elasticidade orgânica, ou, para dizê-lo de outro modo, a expressão da inércia inerente à vida orgânica. (Freud, 1920/1976c, p. 53, 54)

Para confirmar sua descoberta, Freud (1920/1976c) recorreu à biologia, ao estudo da vida animal. Ele observou que existem certos tipos de aves de arribação e peixes que buscam na época da desova uma determinada região, para depositar seus ovos em locais específicos, procurando, assim, as localidades que suas espécies habitavam anteriormente e que foram substituídas com o tempo. Mas Freud (1920/1976c) acabou abandonando esses exemplos e encontrando nos fenômenos da hereditariedade e nos fatos da embriologia acontecimentos que confirmavam que há nos seres vivos uma compulsão orgânica a restaurar um estado anterior de coisas.

Freud (1920/1976c) partiu do princípio de que um organismo vivo existe inicialmente em um estado inorgânico que só foi modificado por forças perturbadoras externas, pois se não fossem essas forças, a substância viva não sofreria nenhum tipo de transformação, repetindo constantemente o mesmo curso da vida. Freud (1920/1976c) observou ainda que as modificações impostas por essas forças externas ao curso da vida do organismo são armazenadas pelas pulsões orgânicas conservadoras não com o objetivo de promover seu desenvolvimento e progresso, mas para ulterior repetição, garantindo, assim, que ele chegue à

morte do seu próprio modo, que é o objetivo final da vida. O que levou Freud (1920/1976c) a reconhecer que a morte, o retorno ao estado inanimado, representa de forma precisa os esforços pulsionais de todo organismo vivo.

Mas, ao rever o comportamento das pulsões sexuais, Freud (1920/1976c) contestou essa conclusão, pois elas surgem no organismo em circunstâncias diferentes. Para descrevê-las, Freud (1920/1976c) recorreu novamente à descrição do desenvolvimento de uma substância viva. Ao fazê-lo, ele observou que nesse organismo existem células, como as germinais, que trabalham contra a morte da substância viva, conseguindo para ela apenas uma imortalidade potencial, ou seja, um prolongamento do percurso para a morte, o que só é possível se ela fundir-se com outras células, diferentes dela, mas similares. As pulsões sexuais seriam, então, as responsáveis pelo destino desses organismos, por preservarem a sua vida por um longo período.

Embora a sexualidade e a distinção entre os sexos não existissem quando a vida começou, Freud (1920/1976c) acredita que essas pulsões estão presentes desde o início, e que diferente daquelas que conduzem o organismo a uma morte natural, o impulsionam para a vida. Por isso, Freud (1920/1976c) considerou as pulsões sexuais como as verdadeiras pulsões de vida, por operarem contra o propósito das pulsões conservadoras, que visam a morte do organismo, se opondo, assim, a elas. Oposição que Freud (1920/1976c) já havia reconhecido na teoria das neuroses.

Foram essas considerações acerca do funcionamento de um organismo vivo que levaram Freud (1923/1976a) a rever novamente a classificação das pulsões, que foram divididas em dois grupos: pulsões conservadoras que ele reconheceu como as verdadeiras pulsões de morte, e pulsões sexuais⁷, que tem como seu principal representante Eros, e que são de caráter libidinal. Dessa forma, o nome libido foi mais uma vez utilizado para denotar as manifestações de poder de Eros, a fim de distingui-las da energia das pulsões de morte.

Freud (1923/1976a) finalizou, assim, a sua pesquisa sobre a natureza das pulsões postulando a existência de duas classes pulsionais: pulsões sexuais ou Eros, responsáveis pela manutenção

⁷ Freud (1923/1976) incluiu neste grupo de pulsões não só a pulsão sexual desinibida propriamente dita e as de natureza inibida quanto ao objetivo ou sublimada, mas também as pulsões autopreservativas, atribuídas ao Ego, que no início das suas pesquisas sobre as pulsões, quando ele ainda não havia descoberto que as pulsões do Ego também são de caráter libidinal, ele construiu com as pulsões objetivas sexuais.

e prolongamento da vida, e pulsões de morte, que visam o retorno do organismo a um estado inanimado. Ambas são ativas em toda substância viva, ainda que em proporções desiguais, sendo as pulsões de vida mais facilmente observadas. Para compreender o seu funcionamento, Freud (1929-30/1974) recorreu a algumas observações realizadas acerca do processo civilizatório.

1.5. Pulsões de vida *versus* pulsões de morte

Estudando o processo civilizatório, Freud (1929-30/1974) observou que a civilização existe às custas de um enorme sacrifício pulsional que os homens precisam fazer para viver em sociedade, pois tanto a pulsão de vida, quanto a de morte, podem representar um obstáculo à civilização, se não tiverem a sua finalidade e objeto modificados. O que causou em Freud (1929-30/1974) uma estranheza, ele não conseguia compreender porque a civilização exige esse sacrifício dos indivíduos em prol da vida em comum, já que o prazer obtido da satisfação de uma pulsão que não foi modificada é infinitamente maior do que o obtido através de outros caminhos adotados para satisfazê-la.

Analisando, então, o comportamento dos homens, Freud (1929-30/1974) observou que embora as pulsões sexuais promovam a união entre um casal apaixonado, este tende a se isolar quando se encontra em estado de enamoramento, abdicando, por isso, da convivência com seus semelhantes. O que revelou para Freud (1929-30/1974) que existe no homem uma forte propensão ao egoísmo, o que justifica a restrição que a civilização impõe a sua vida sexual, exigindo que parte dessas pulsões sejam redirecionadas para outros fins, fortalecendo o vínculo com seus semelhantes através de relações de amizade.

Da mesma forma, as pulsões de morte também devem ser modificadas, pois estas se manifestam no mundo, segundo Freud (1923/1976a), através de três caminhos: em estado fusional com os componentes eróticos, que as torna inócuas, através de atos de extrema violência ou de ações que poderiam ser solucionadas de forma mais branda, ou internamente, o que pode acarretar a morte do indivíduo. Para evitá-la, é necessário que parte dessas pulsões sejam projetadas no mundo externo, mas, para isso, é preciso que a sua finalidade seja modificada, ou seja, que elas sejam redirecionadas para atividades socialmente aceitáveis, que não representam um obstáculo à vida em comum.

Dessa forma, a civilização para existir exige do homem não só que ele renuncie a uma parcela da sua satisfação sexual, mas também da sua agressividade, ou seja, que ele encontre uma forma de conciliar essas duas tendências contrárias que raramente, ou, talvez, quase nunca, agem isoladas uma da outra, sendo diversos os caminhos que ele encontra para realizar esse objetivo, como demonstrou Freud em 1915, ao realizar um estudo minucioso sobre os destinos das pulsões.

Ora, se a indiferença é um afeto contrário ao amor e ódio, representados pela pulsão de vida e de morte respectivamente, será que podemos afirmar que a indiferença é decorrente da modificação da finalidade dessas pulsões, tão necessária para a preservação da civilização? Pois, como vimos, para que o homem sobreviva em sociedade é preciso que ele modifique o objetivo dessas pulsões, redirecionando as mesmas para outros fins.

Para analisar essa questão, vou recorrer às considerações que Freud (1915//1974) faz na sua obra sobre os destinos das pulsões.

1.6. A pulsão e seus destinos

Para compreender a maneira como as duas classes pulsionais se fundem, misturam e se ligam uma com a outra, Freud (1915) realizou um estudo sobre as vicissitudes pulsionais, procurando mostrar como as pulsões se modificam ao longo da vida do indivíduo.

Para realizá-lo, Freud (1915/1974) restringiu a sua investigação às pulsões sexuais, por serem elas familiares e mais fáceis de ser observadas. Descrevendo, então, as modificações que uma pulsão sexual pode sofrer: reversão a seu oposto, retorno em direção ao próprio eu (*self*) do indivíduo, repressão e sublimação.

Freud (1915/1974) examinou primeiro na sua obra os dois processos descritos como reversão a seu oposto e retorno em direção ao próprio eu (*self*) do indivíduo, dedicando, em seguida, um capítulo especial para a repressão, só fazendo referência a sublimação no *Mal-Estar da Civilização*, escrito em 1930, embora tenha feito menção ao termo sublimação em textos anteriores.

Para descrever a reversão da pulsão a seu oposto, Freud (1915/1974) considerou dois processos distintos, que resultam na alteração da finalidade da pulsão, mas que devem ser tratados separadamente; mudança de atividade para a passividade e reversão do conteúdo da pulsão. Para explicar o segundo processo, ele recorreu ao exemplo da transformação do amor e ódio, procurando analisar os três opostos que o amor admite: amar-odiar, amar e ser amado e amar\odiar (em conjunto) e ser indiferente.

Nesse trabalho, vou ater-me somente a esse processo, pois é ele que pode esclarecer a indiferença, que é objeto desse estudo, na medida em que esta surge como um afeto oposto ao ódio e amor.

Para analisar os três opostos do amar, Freud (1915/1974) considerou não só que a vida mental é regida por três polaridades: sujeito (ego)/objeto (mundo externo), prazer/desprazer e ativo/passivo, interligadas entre si, mas também a forma como o ego interage com o mundo externo. Para ele, o amar está associado a relação que o ego estabelece, ao longo da vida, com suas fontes de prazer. Para compreendê-la, Freud (1915/1974) partiu da descrição de uma situação psíquica primordial, denominada de narcisismo.

No início da vida mental, o Ego encontra-se fechado em si mesmo, buscando satisfazer as moções pulsionais que chegam até ele através do seu próprio corpo, obtendo, assim, uma forma de satisfação que Freud (1915/1974) denominou de auto--erótica. Essa situação ilustra o primeiro dos opostos que encontramos para o amor: a indiferença.

Mas, o Ego não consegue permanecer por muito tempo indiferente à realidade a sua volta, logo, esse estado é perturbado pelos estímulos internos relacionados às pulsões autopreservativas que o forçam a interagir com o mundo externo. Quando isso acontece, o segundo oposto ao amar, o odiar, atinge seu desenvolvimento. Pois, na medida em que o indivíduo se relaciona com o mundo externo, o Ego, caracterizado por Freud (1915/1974) como⁸. Ego-prazer, por se encontrar sob a égide do princípio de prazer, procura atrair e incorporar em si mesmo os objetos que são fonte de prazer e afastar aqueles que não o são, projetando, então, no mundo externo tudo que lhe é desagradável. Ao fazê-lo, o Ego passa a

⁸ Foi no artigo intitulado *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental* que Freud (1911/1969e) introduziu a ideia de um ego-prazer que vive sob a influência do princípio de prazer, mas que vai, ao longo do desenvolvimento, ser substituído por um ego da realidade, em decorrência da transformação do princípio de prazer em princípio de realidade.

sentir repulsa pelos objetos projetados e a odiá-los, podendo, em algum momento, transformar esse ódio numa inclinação agressiva contra o objeto, em uma intenção de destruí-lo.

Dessa forma, o Ego deixa de ser indiferente à realidade a sua volta e passa a catexizar os objetos que dela fazem parte com uma cota da sua agressividade e afeto, que será investida de acordo com as sensações que estes objetos e pessoas lhe causam. Amor e ódio passam, então, a representar a atitude do ego total para com os objetos do mundo externo, podendo sofrer alterações ao longo da vida do indivíduo.

Freud (1923/1976a) parte da observação de alguns fatos clínicos, como a paranoia perscrutória, para compreender como o ódio pode se transformar em amor e o amor em ódio. Ele descreve a paranoia como uma situação na qual o paciente desvia um vínculo homossexual intenso que o liga a uma pessoa especial, que deixa de ser amada, se transformando em um perseguidor, contra quem o paciente dirige uma agressividade perigosa. Dessa forma, o amor é transformado em ódio. No entanto, Freud (1923/1976a) faz uma ressalva a essa maneira de interpretar os fatos, pois a transformação direta do amor no ódio e do ódio no amor é incompatível com a distinção tão fundamental como a existente entre pulsões eróticas e pulsões de morte.

Para compreender, então, como essa transformação vai se dar, Freud (1923/1976a) investigou outro mecanismo que leva ao surgimento da paranoia, que ele descreveu da seguinte forma: “Uma atitude ambivalente acha-se presente desde o início e a transformação é efetuada por meio de um deslocamento reativo de catexias, sendo a energia retirada do impulso erótico e adicionada ao hostil.” (Freud, 1923/1976a, p. 59). Para explicá-lo, Freud (1923/1976a) supõe que existe na mente, no Ego ou no Id, uma energia deslocável, que procede do estoque narcísico de libido (Eros dessexualizado), que pode ser adicionada a um impulso erótico ou destrutivo, intensificando a sua catexia total e facilitando a sua descarga, o que resulta na substituição de um impulso erótico pelo hostil, e vice-versa.

Amor e ódio são, portanto, reações afetivas que o indivíduo pode ter diante dos objetos e pessoas que fazem parte do seu universo, que surgiram de fontes diferentes, antes que a relação prazer-desprazer os transformasse em opostos. Freud (1915/1974) acredita que o amor é originalmente narcisista passando, ao longo do desenvolvimento, para os objetos, pois, surge da capacidade do Ego de satisfazer as pulsões sexuais auto-eroticamente, estabelecendo,

por isso, uma relação direta com as atividades dessas pulsões. Já o ódio, que é mais antigo que o amor, origina-se do repúdio do Ego ao mundo externo, e da insatisfação vivenciada por ele em relação aos objetos, manifestando-se, por isso, no mundo, através de atos de agressividade contra o objeto que podem intensificar-se ao ponto de se transformar em uma intenção de destruí-lo. Para Freud (1923/1976a), o ódio é a expressão da pulsão de morte, na medida em que esta se manifesta através da projeção pelo indivíduo da sua agressividade no mundo, impedindo a sua própria destruição.

Dessa forma, as pulsões sexuais (Eros) e as pulsões de morte refletem a oposição que se estabelece entre amor e ódio. Mas, como as pulsões não agem separadamente, mas se fundem, misturam e se ligam uma com a outra de modo regular, nos relacionamentos humanos, com frequência, o amor se faz acompanhar pelo ódio (ambivalência), podendo em determinadas circunstâncias o amor se transformar em ódio ou o ódio em amor, ou ambos no seu oposto, a indiferença. Para descrever a indiferença, Freud (1914/1969c) se referiu na sua obra às situações em que o indivíduo é acometido por uma doença orgânica, encontra-se em estado de enamoramento ou de sono.

Para Freud (1914/1969c), trata-se de situações que interferem no fluxo normal da libido, pois nessas circunstâncias, a libido objetal retorna para o Ego do sujeito, recuperando, assim, por um período, o primitivo estado narcísico até que a libido seja novamente direcionada para os objetos, catexizando-os. O narcisismo é, portanto, uma situação original e universal, que pode ser recuperada pelo indivíduo em algum momento da sua vida, como um narcisismo secundário.

Freud (1914/1969c) descreveu uma pessoa atormentada por uma doença e mal-estar orgânico como aquela que, em função desse estado, deixa de se interessar pelas coisas do mundo externo, na medida em que não dizem respeito ao seu sofrimento, e de amar as pessoas que são significativas para ela. “os sentimentos de quem ama, por mais forte que sejam, são banidos pelos males corpóreos, e de súbito substituídos por uma indiferença completa” (Freud, 1914/1969c, p. 99). Sendo que o mesmo também ocorre na condição do sono, por acarretar uma retirada narcísica das posições da libido até o próprio eu do indivíduo, alterando, assim, a distribuição da libido.

Em relação ao estado de enamoramento, Freud (1914/1969c) distinguiu dois tipos de escolha amorosa: tipo anaclítico ou de ligação, que tende a adotar como objeto de amor sua mãe ou quem quer que a substitua, ou o tipo narcisista, que adotou o seu próprio eu como objeto, passando, assim, a procurar inequivocamente a si mesmo como um objeto amoroso, o que impossibilita o desenvolvimento de uma verdadeira escolha objetal, ou seja, a construção de um vínculo libidinal com o objeto amado.

Para Freud (1914/1969c), tanto a doença orgânica, quanto o estado de sono e de enamoramento representam situações normais que podem ocorrer ao longo da vida do indivíduo. No entanto, há situações em que a libido retirada dos objetos é direcionada para o Ego não consegue retornar para o mundo externo, se fixando, por isso, no próprio corpo e personalidade do indivíduo, substituindo-os, assim, pelos objetos externos. O que resulta no surgimento de um narcisismo secundário, que representa o retorno do narcisismo primitivo e original.

São essas situações que podem esclarecer em termos libidinais a indiferença, na medida em que à problemática do narcisismo tem sido apontada por pesquisadores de diferentes áreas científicas, principalmente no que se refere a sua relação com a cultura e a sociedade capitalista contemporânea, como possuidora de valor explicativo fundamental quando se trata de compreender tanto características sociais quanto psíquicas que se tornam prevalentes em nossa época. Dentre elas, podemos destacar a indiferença, que para autores contemporâneos como Koltai (1999), Farah (2003), Nascimento e Caniato (2010), se apresenta como uma reação afetiva comum que ganha generalidade na época atual. Por isso, para compreendê-la, vou ater-me também às considerações que Caniato e Nascimento (2010) fazem acerca do narcisismo na contemporaneidade.

1.7. O narcisismo na contemporaneidade

Ao tecer algumas considerações sobre o narcisismo, Caniato e Nascimento (2010) apresentam o narciso contemporâneo como uma figura emblemática da nossa época, uma vez que, na atualidade, a regressão ao narcisismo surge como uma resposta inevitável para o indivíduo que sofre. Vemos, assim, o sofrimento fruto da sociedade atual acirrar o desamparo constitucional do indivíduo, impelindo-o a recorrer a defesas narcísicas que, como preconiza Green (1988), a não ser pelo sono reparador de toda noite, “a retração narcisista não requer nenhum comentário particular, a não ser a lembrança de que ela é resposta a um sofrimento e um mal-estar” (Green, 1988, p. 49).

Assim, encontramos-nos diante de uma sociedade em franco processo de dissolução dos ideais coletivos, dos discursos que dão sentido não só à existência do homem no mundo, mas também às experiências que ele vivencia no cotidiano, transmitidos por meio da religião, da educação e de outros dispositivos culturais, e da queda das figuras de autoridade, como o Estado, que deveria garantir a segurança e o bem-estar do indivíduo. Face a esse quadro, o sujeito volta sua libido ao eu na tentativa de fortalecer-se frente ao desamparo que vivencia, recorrendo, assim, a defesas narcísicas. Estas, paradoxalmente, podem conduzi-lo a uma condição mais vulnerável, na medida em que, ao retornar a libido para o eu, ele apresenta uma dificuldade em construir vínculos amorosos com o outro, fechar laços afetivos e de classe social (Caniato; Nascimento, 2010).

Caniato e Nascimento (2010) observam que os autores posteriores a Freud, que se debruçaram sobre o tema do narcisismo procurando contextualizá-lo na época atual, ao abordá-lo, tendem a destacar, sobretudo, a dimensão destrutiva, patológica ou, no mínimo, reveladora da não-autonomia dos indivíduos narcisistas.

Assim, o que parece mais fielmente retratar o indivíduo típico contemporâneo não é a figura do narcisista despreocupado e feliz que, por retirar sua libido de tudo o mais, desfruta de uma plenitude resultante de todos esses investimentos voltados para o próprio eu. Tampouco é a do homem autônomo e de sucesso, com alto nível de desempenho nos mais variados setores da vida, a qual muitos insistem e se esforçam para aparentar. Lipovestky (1989) resume em apenas uma frase, a condição dessa espécie de mônada em que o indivíduo contemporâneo vem se tornando: Narciso, subjugado por si próprio na cápsula de vidro. (Nascimento; Caniato, 2010, p. 34)

Ao descrever o Narciso contemporâneo dessa maneira, estes autores compreendem o narcisismo menos como resultado de um excesso de auto-amor do que como uma forma de ódio (Lach, 1983 e Costa, 1984) ou indiferença (Lowen, 1983 e Pedrossian, 2008) em relação ao outro ou ao próprio eu. O que pode contribuir para uma leitura da indiferença na atualidade.

Partindo, então, das considerações realizadas acerca do narcisismo na perspectiva dos autores contemporâneos, podemos descrever a indiferença como uma reação afetiva comum, na época atual, frente a uma situação de sofrimento ou mal-estar, que leva o indivíduo a regredir a um estado narcísico, uma vez que a sua libido é retirada do mundo externo e aprisionada no eu. Sendo que, para Koltai (1999), essa indiferença pode se manifestar de diferentes maneiras: na incapacidade do ser humano de se revoltar frente à situação de miséria em que uma parcela

significativa da população vive, de construir soluções coletivas ou individuais para essa questão, de sonhar e projetar um futuro para si.

Ora, se a indiferença é uma reação afetiva comum do indivíduo contemporâneo frente a uma situação de sofrimento ou mal-estar, que pode se manifestar de diferentes maneiras, será que podemos analisar a indiferença apresentada pelos adolescentes em conflito com a lei como uma reação afetiva a uma determinada situação? Será ela desencadeada por uma situação de sofrimento? Afinal, o que pode ter desencadeado a indiferença nesses adolescentes?

Para responder essas questões, vou recorrer às anotações realizadas ao longo dos nove anos em que trabalhei como técnica das medidas socioeducativas em meio aberto, que trazem dados que podem esclarecer, não só a origem da indiferença apresentada pelos adolescentes, como também a forma como ela se manifesta.

1.8. A indiferença nos adolescentes em conflito com a lei

Revedo as anotações realizadas sobre os adolescentes que manifestavam a indiferença nos atendimentos realizados durante o cumprimento da medida, sobretudo na relação com o técnico de referência na medida, observei que eles apresentavam o mesmo discurso em relação à vida no crime.

Para esses adolescentes, em especial aqueles que iniciaram a sua trajetória infracional no tráfico de drogas acreditando que o traficante solucionaria as dificuldades vivenciadas por eles no cotidiano, o crime, com o tempo, se revelou uma ilusão. O fato de perceberem que o traficante – que deveria garantir a sua segurança, uma posição de reconhecimento e status na comunidade, e o acesso fácil ao dinheiro, drogas e mulheres – não foi capaz de solucionar as questões que os levaram a buscar no crime uma saída, a indiferença aparecia como um dos afetos correlatos a essa desilusão. O que não foi sem consequência para esses jovens.

Ao descreverem a sua trajetória infracional, os adolescentes revelaram que a indiferença surge em decorrência da percepção de que a vida do crime não passa de uma ilusão. O que, hipotetizamos, pode ter lhes causado um sofrimento, ao remetê-los ao desamparo vivido diante de uma dura realidade marcada, sobretudo, pela violência, pela miséria, pelo abandono

familiar e pela ausência do aparato do Estado que deveria garantir minimamente a sua segurança e bem-estar.

Se a indiferença é uma reação afetiva ocasionada por uma situação de sofrimento, que acarreta o retorno a um estado narcísico, então, podemos supor que no caso dos adolescentes em conflito com a lei, a indiferença surge como uma resposta ao sofrimento desencadeado pela percepção de que o crime não passa de uma ilusão. Por isso, para compreendê-la, é necessário tecer algumas considerações sobre a relação que esses jovens estabelecem com aqueles que participam do tráfico, para esclarecer a desilusão com o outro do crime.

Para elucidar essa questão, partirei da hipótese desenvolvida por Guerra, na sua pesquisa realizada entre 2008 e 2009, sobre o modo de entrada e funcionamento dos jovens atravessados pela criminalidade no laço social. Trata-se de jovens que participaram de um programa de controle de homicídios chamado Fica-Vivo, voltado para a prevenção de homicídios entre jovens de 12 a 24 anos, realizada em um aglomerado urbano de Belo Horizonte (Minas Gerais, Brasil). Para Guerra (2008), uma parcela significativa dos adolescentes envolvidos com a criminalidade encontra no crime uma solução sintomática para as questões com as quais eles se deparam na adolescência.

Nesse sentido, diante dos fenômenos característicos da puberdade (como o esfacelamento da imagem, a impossibilidade simbólica de dizer das mudanças físicas e afetivas e do real que irrompe com o encontro com a sexualidade- ou castração), o saber do crime poderia ser pensado como um Outro que garante uma resposta e uma inscrição no laço social. (Guerra et al, 2012, p. 259).

Para compreender como esse laço se constitui, Guerra (2009) recorreu às considerações que Freud faz na sua obra sobre o comportamento do indivíduo no grupo. Para descrevê-lo, Freud (1921/1976b) desenvolveu no texto intitulado *Psicologia de grupo e análise do ego*, de 1921, o conceito de identificação, que ele descreve como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa, que se esforça para moldar o próprio ego, segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo, assumindo, assim, as características do objeto. Nesse sentido, o grupo surgiria de uma identificação dessa natureza.

Mas, Freud (1921/1976b) não restringe a sua descrição sobre o funcionamento do grupo a essa explicação da identificação egóica e horizontal entre os membros do grupo, ele parte também da análise da relação dos integrantes com aquele que ocupa uma posição de liderança

no grupo. Dessa forma, o grupo surgiria da identificação dos membros com um traço do líder. Nessa situação, os membros tendem a se identificar entre si, colocando o mesmo objeto no lugar do ideal do eu. O que pode levá-los a assumir no grupo uma atitude de total submissão, pois, nessa situação,

o ego se torna cada vez mais despretensioso e modesto e o objeto cada vez mais sublime e precioso, até obter finalmente a posse de todo o auto-amor do ego, cujo sacrifício decorre, assim, como consequência natural. O objeto, por assim dizer, consumiu o ego. (Freud, 1921/1976b, p. 143).

Para Guerra (2008-2009), são essas considerações, que Freud (1921/1976b) desenvolveu acerca do comportamento do indivíduo no grupo, que podem esclarecer a relação que os adolescentes estabelecem com aqueles que fazem parte do tráfico.

O laço grupal que se estende a partir daí parece se sustentar pela identificação. Opera, assim, como efeito da identificação com o líder, no nível do ideal do eu, e efeito da identificação egóica, entre os eus de seus membros, compondo um arranjo no qual os jovens buscam ficar “intrujados” com o padrão (como ideal a ser alcançado) e “colados com” os colegas (como efeito da identificação imaginária). (Guerra et al, 2010, p. 259)

Ao “colar” nos meninos do tráfico, o adolescente passa não só a adotar gírias-código e vestimentas que o identificam como um membro do grupo, como também a se submeter a uma lei de ferro⁹, tirânica, não dialetizável, adotando para si um novo sistema de vida que, muitas vezes, coloca sua vida e liberdade em risco. Sistema ao qual ele se submete convicto de que este lhe aponta uma solução rápida e eficaz para as questões com as quais ele se depara no encontro com o real da puberdade e com a realidade de sua história de vida. Solução que ele dificilmente vai rever, uma vez que, nessa situação, ele se encontra à mercê de um superego tirânico que exige que ele cumpra o ideal representado pelo “padrão”.

Outra forma de ler esse fenômeno (Kehl, 2008, Guerra, 2015), passa pela pergunta acerca de como um “padrão” pode se tornar modelo ou ideal a ser alcançado ou se não estaríamos em relações horizontais, mais do que verticais nesse processo identificatório. Nesse caso, estamos tratando de valores culturais que se transmitem, de geração e geração, a partir dos rasgos do tecido social que deixa uma certa “classe” de adolescentes brasileiros à deriva. Segundo Guerra (2015), Lacan assinala aí uma dimensão histórica de nosso tempo, no qual vivemos a perda daquilo em que se sustentaria a dimensão do amor, essencial à identificação no

⁹ Espécie de lei feroz, inquestionável, encarnada pelo traficante, a qual todos da comunidade devem se sujeitar em troca de proteção e dos benefícios que ele oferece consolidando, assim, uma nova ordem social (Laia, 2014).

fundamento da regulação simbólica e que chamamos, em psicanálise, de Nome-do-Pai¹⁰. Ele tem a ver com o amor e implica a transmissão de um nome, encarnado pela voz do Outro materno, e que nesses casos não acontece. A esse nome substituíram-se as nomeações sociais, estigmatizadoras, modeladoras tirânicas do eu. “É muito estranho que aí o social tome prevalência de nó e faça a trama de tantas existências. É que ele detém esse poder de “nomear a” a tal ponto que, depois de tudo, restitui-se uma ordem, uma ordem que é ferro” (Lacan, 1973-74, p. 6)¹¹.

Deparamo-nos, pois, com situações de indiferença entre os adolescentes nas quais parece haver uma recusa ao outro, em função do sofrimento engendrado na relação com o mesmo. E parece haver outras situações nas quais o adolescente aparenta atualizar o vazio que se estabelece nesse laço com o outro, numa espécie de abandono de si que reproduz o abandono do outro em relação a ele. É uma resposta especular, orientada mais pela aderência a uma imagem, a um semblante que o crime forja, do que a um processo de identificação.

Assim, nos casos que acompanhei, deparei-me com jovens para os quais essa convicção no laço com o crime e, sobretudo, com o “patrão”, vacilou, após alguns anos de envolvimento do jovem com o tráfico, marcado por diversas apreensões, passagens pelo Centro de Integração ao adolescente autor de ato infracional (CIA), incluindo, em alguns casos, a permanência por um período significativo no Centro de Internação Provisória (CEIP), e por situações de violência provocadas pela polícia e pelos traficantes rivais. Tomarei apenas esses casos em análise para os fins do estudo dessa dissertação, ainda que saiba que eles não são exaustivos nem representantes da totalidade da experiência desses jovens com o crime.

São esses jovens os mesmos que relataram nos atendimentos que o crime não passa de uma ilusão, que, ao contrário do esperado, o outro do tráfico não foi capaz de solucionar às questões que motivaram a sua entrada na criminalidade. O que pode levá-los a interromper o investimento libidinal que eles vinham fazendo no grupo, redirecionando, então, a libido e investindo-a no seu próprio Ego, como uma forma de se proteger dessa situação.

¹⁰ Nome-do-Pai ...

¹¹ "Il est tout à fait étrange que là, le social prenne une prévalence de noeud, et qui littéralement fait la trame de tant d'existences. C'est qu'il détient ce pouvoir du «nommer-à», au point qu'après tout, s'en restitue un ordre, un ordre qui est de fer" (Lacan, 1973-74, p. 6).

Trabalharei, então, com a hipótese de que a indiferença surge, nesses casos, como uma resposta ao sofrimento causado pela desilusão com o outro do tráfico, que pode levar o jovem a interromper a sua trajetória infracional. Uma vez que ao acarretar o desinvestimento libidinal no laço estabelecido com os meninos do tráfico e com o patrão, abre-se a possibilidade para que o jovem se enlace com outras pessoas e lugares, construindo, assim, uma nova perspectiva para a sua vida.

No entanto, ao reler esses casos, observei que, ao contrário do esperado, os adolescentes não rompem a sua trajetória infracional. Eles permanecem no “movimento” (atuação infratora), contudo, a sua relação com os meninos do tráfico, com o patrão e com a própria atividade de venda das drogas já não é a mesma, pois não há um investimento libidinal da sua parte, ficando o jovem á mercê dos destinos do crime, da cadeia, da cadeira de rodas e da morte, na medida em que ele não consegue vislumbrar outras possibilidades para a sua vida.

Nesse sentido, a medida pode representar a oportunidade do jovem construir outras saídas, diferente da criminalidade, para às questões que motivaram a sua entrada no crime. Pois como foi discutido no início desse capítulo, a responsabilização vai se dar através da construção pelo adolescente de um novo projeto de vida, a partir das possibilidades que são apresentadas na medida. Mas, em função do estado de indiferença em que o jovem se encontra, pode acontecer deste não estabelecer nenhum tipo de laço com o técnico de referência na medida, tornando-se, por isso, inacessível às suas intervenções. O que dificulta o trabalho a ser realizado. Por isso, no próximo capítulo, vou recorrer ao conceito de transferência na psicanálise, procurando contextualizar a indiferença na relação do adolescente com o técnico na medida, para, então, localizar como é possível operar nesses casos.

2. A TRANSFERÊNCIA

Como anunciado anteriormente, este capítulo tem como objetivo contextualizar a indiferença na relação que se estabelece entre o adolescente e o técnico responsável por acompanhá-lo no cumprimento da medida, a partir das contribuições que Freud e Lacan trazem na sua obra sobre o conceito de transferência.

A transferência é um termo que conceitua o modo operante da psicanálise, é a mola mestra da cura, seu motor terapêutico e o próprio princípio de seu poder. Trata-se de um fenômeno ocasionado durante o tratamento psicanalítico, mas que não se restringe a esse contexto, podendo ocorrer em outras situações, ao longo da vida do indivíduo. Por isso, para Freud (1912/1969a), a transferência não deve ser atribuída à psicanálise, mas à própria neurose. No entanto, é um fenômeno essencial para que um tratamento analítico aconteça, já que é em função da transferência que se estabelece entre o analista e o paciente, que este pode revelar os conteúdos inconscientes ocultos na sua mente, que podem esclarecer o seu sintoma.

Embora as medidas socioeducativas não visem o trabalho analítico do jovem, pois não se trata de uma política pública de tratamento, é necessário dar voz ao adolescente na medida criando condição para que ele fale da sua vida, do seu sofrimento e do seu ato, para que, assim, ele encontre um sentido para o mesmo na sua história, localizando, a partir daí um ponto de embaraço subjetivo que teve, no ato, a saída. Acredita-se que ele vai dizer da sua posição de sujeito e se posicionar como tal diante das possibilidades que lhe forem apresentadas ao longo do cumprimento da medida, construindo, assim, um novo projeto de vida.

Mas, para que isso aconteça, é necessário que se estabeleça a transferência entre o adolescente e o técnico responsável pelo seu acompanhamento durante o cumprimento da medida, para que o jovem participe ativamente dos atendimentos, dando tratamento as questões que o levaram a infracionar. Caso a transferência não se estabeleça ou assuma um colorido hostil, corre-se o risco do adolescente se recusar a falar, limitando-se a responder o que lhe é perguntado, o que pode dificultar o trabalho a ser realizado, que visa, sobretudo, a responsabilização subjetiva.

2.1. A transferência na psicanálise

O termo transferência (*Übertragung*) foi utilizado por Freud desde os *Estudos sobre a histeria* (1895/1974) e na *Interpretação dos sonhos* (1900-01/1972), com o significado de transporte ou transferência de sentido e sem a relevância que passou a ter no manejo do tratamento a partir do caso da paciente Anna O. Anna O foi a primeira paciente a traduzir esse fenômeno por meio de uma pseudociência, que ela desenvolveu por seu médico, Dr. Breuer, em decorrência dos sentimentos libidinais desenvolvidos em relação a ele. Vale destacar aqui que a presença desse sentimento na paciente causou no psiquiatra um horror que o levou a interromper o tratamento e a solicitar que Freud desse continuidade ao mesmo. Mas, a transferência também surpreendeu Freud prejudicando a condução do tratamento.

Este caso teve uma relevância grande na obra de Freud, pois foi a partir dele que os sentimentos contraditórios que a paciente pode desenvolver por seu médico ficaram mais evidentes para Freud. Ele passou a investigar a origem desses sentimentos, a partir do fenômeno transferencial.

Para compreender como a transferência funciona, inicialmente, Freud (1912/1969c) discorreu sobre a tendência natural que existe nas pessoas de reproduzir nas relações que elas estabelecem, ao longo da vida, um mesmo padrão de relacionamento, criando, assim, um método próprio de conduzir-se na vida erótica, que elas tendem a repetir sempre que as circunstâncias externas e a natureza dos objetos amorosos a ela acessíveis permitam. Ao fazê-lo, ele descreveu a transferência como o momento em que o analista é captado nesses estereótipos, o momento em que a carga libidinal introduz o médico em uma dessas séries psíquicas que o paciente constituiu no decorrer da sua existência. Mas, essa não é a única definição que Freud (1912/1969c) fez na sua obra sobre a transferência. Uma outra forma de defini-la é através do conceito de ideias libidinais antecipadas, com as quais o sujeito se volta para os objetos, porque não houve a satisfação amorosa na realidade.

Por esse processo, o analisando imputa ao seu analista certas posições correlativas àquelas nas quais se encontram as figuras primordiais para ele, desde o início da sua vida, transferindo para o analista os mesmos afetos e conflitos vivenciados com essas pessoas. Para ilustrar, podemos descrever a situação na qual o paciente assume em relação ao analista a mesma

atitude reivindicatória e hostil que ele apresenta em relação aos seus pais, evocando, nesse momento, um fragmento da vida real, que ele vivencia como se fosse uma experiência atual.

Para Freud (1914), trata-se de uma atualização do inconsciente no presente, que, nesse caso, não se manifesta na forma de lembrança, mas de ações (*acts it out*); que o paciente repete sem saber o que está repetindo. Ele não diz que costumava ser hostil e reivindicador em relação à autoridade dos seus pais, ele comporta-se dessa maneira para com o médico.

Ao analisar essa situação, Freud (1914/1969c) constatou que em circunstâncias como essa, em que o recordar é substituído pela compulsão à repetição, a sequência do material repetido passa a ser determinado pela resistência. Assim, se por um lado a transferência tem o seu valor porque permite ver o funcionamento de um mecanismo inconsciente na própria atualidade da sessão, por outro, ela é um obstáculo à cura, pois é na medida em que o paciente atualiza na relação com o terapeuta seus conflitos, que ele passa a interromper suas associações inconscientes.

Freud (1914/1969c) ficou surpreso ao constatar que a transferência pode ser um obstáculo ao tratamento; ele não conseguia compreender por que algo que deveria favorecê-lo, se transformou no seu maior obstáculo.

Para desvendar essa questão, Freud (1914/1969d) distinguiu uma transferência positiva da negativa, ou seja, a transferência de sentimentos afetuosos e amistosos e a transferência dos hostis e agressivos, passando, então, a tratar separadamente os dois tipos de transferência para com o médico. Ao fazê-lo, ele percebeu que a transferência para o médico surge como resistência ao tratamento apenas nas situações em que ela se manifesta como transferência negativa ou de impulsos eróticos reprimidos, uma vez que é nessas situações que o paciente tende a revelar os conteúdos ocultos na sua mente na forma de atos, e também a assumir determinadas atitudes em relação ao médico que prejudicam o tratamento ou impedem a sua continuidade.

Freud (1914-15/1969d) dedicou um capítulo inteiro da sua obra à análise do amor transferencial que faz seu aparecimento no decurso do tratamento analítico, procurando não só investigar a natureza desse estado e sua relação com a resistência, mas também orientar o psicanalista sobre a melhor forma de lidar com essa situação.

Ao realizar essa análise, ele constatou que o amor transferencial é provocado pela situação analítica e grandemente intensificado pela resistência. O analista evoca o amor, ao instituir o tratamento analítico, a fim de curar a neurose. Trata-se, portanto, de uma consequência inevitável dessa situação.

Mas, se a princípio o paciente, em função da transferência de sentimentos afetuosos para o analista, torna-se dócil e colabora com o tratamento, acolhendo de bom grado às suas intervenções, com o tempo, essa atitude dócil e colaborativa é substituída por outra, que pode ser interpretada como resistência ao tratamento. Nessa situação, o paciente não só perde o interesse pelo tratamento, como também passa a ignorar a regra fundamental da psicanálise¹² e a desprezar as intervenções do analista.

Para Freud (1915 [1914]), a resistência surge no paciente em decorrência do desenvolvimento de uma paixão pelo analista. É no momento em ele está tentando levar o paciente a admitir ou recordar algum fragmento particularmente aflitivo e pesadamente reprimido da história da sua vida, que irrompe nele uma paixão violenta pelo analista, que pode impedir a continuidade do tratamento.

Embora o surgimento dessa paixão represente um obstáculo ao tratamento, Freud (1914-15/1969d) acredita que se o psicanalista for capaz de manejar adequadamente a transferência, ela pode contribuir para o seu sucesso, na medida em que o amor que o paciente manifesta por seu médico não exhibe uma só característica nova, mas compõe-se inteiramente de repetições e cópias de reações anteriores, inclusive infantis, revelando, assim, a forma como ele constrói seus vínculos afetivos.

Freud (1915 [1914]/) advertiu, por isso, o psicanalista de que ele não deve realizar os anseios do paciente, nem reprimi-lo ou torná-lo desagradável, mas comunicar a este que o seu estado de enamoramento nada tem haver com o analista, mas com o passado do paciente. Só, assim, o paciente se sentirá completamente seguro para permitir que todas as suas precondições para amar, todas as fantasias que surgem de seus desejos sexuais, todas as características pormenorizadas de seu estado amoroso venham à luz.

¹² Freud (1912/1969b) orientava seus pacientes a falar tudo que viesse na sua mente sem realizar uma análise crítica do conteúdo manifesto, garantindo, assim, que o paciente se submetesse a livre associação.

Mas, diferente de Freud (1914-15/1969d), que interpretava a transferência como uma repetição em ato das situações vividas no passado pelo paciente em relação à sua vida erótica, que podem desvendar não só a escolha objetal que ele realizou na sua infância, mas também as fantasias tecidas ao redor dela, para Lacan, citado por Porge (1996), “a transferência não é sombra de alguma coisa vivida outrora, nem dos antigos ardis do amor; é o isolamento, no presente, de seu funcionamento puro de embuste.” (Porge, 1996, p. 553).

O psicanalista francês Jacques Lacan apresenta o amor como um modo de captação, de embuste do desejo do analista.

Ao persuadir o analista de que ele tem o que pode completá-lo, o analisando desconhece o que lhe falta. Mas, na medida em que ele é a presença que serve de suporte a um desejo velado, o analista é um *che vuoi?* Encarnado. (Porge, 1996 p. 552).

O amor na transferência nasce, então, da tentativa do paciente de encontrar no analista aquilo que lhe falta. Por isso, para Lacan (1960-61/2010b), a transferência não é somente a repetição de uma situação em ato, há um amor presente no real, e é desse amor que surge a transferência, tão cara para que um tratamento analítico aconteça. Portanto, nada poderemos compreender da transferência se não soubermos que ela também é consequência desse amor presente. Por isso, para compreendê-la, Lacan (1960-61/2010b) recorreu no seminário da transferência ao Banquete de Platão.

2.2. A transferência: paradigma do amor

O Banquete, de Platão, também conhecido como *Simpósio*, é um diálogo platônico escrito por volta de 380 a.C. que, juntamente com o *Fedro*, representa um dos dois diálogos de Platão em que o tema principal é o amor. Marco inaugural da própria filosofia Ocidental, o Banquete foi considerado ponto de passagem obrigatória sobre o tema, por isso, tudo o que for relacionado ao amor, deve partir ou chegar a essa obra máxima. Assim, é em um banquete, ocasião para beber e discursar e não em um sisudo congresso científico que se passa a reflexão filosófica sobre o amor.

No *Banquete* de Platão somos conduzidos à casa de Agatão, poeta trágico ateniense, onde se comemora sua vitória no concurso de tragédia. Após uma festa regada a muita bebida que fatigara os convidados, por divertimento, Pausânias propõe que, em lugar de beber, ficassem

ali a conversar, a discutir, ou que cada um fizesse algo diferente. A proposta de Pausânias é aceita por todos, mas Eriximaco sugere que fossem feitos elogios a Eros, que todos fizessem discursos para louvar o amor. É nesse momento que se inicia um diálogo entre os convidados que nos brindam com discursos sobre o amor, estabelecendo uma articulação entre seu modo de vida e os encantos de Eros.

Embora Lacan (1960-61/2010b) tenha contemplado, no Seminário 8, *A transferência*, os seis diálogos descritos no *Banquete* sobre o amor, ele se ateu na cena que se passa entre Sócrates e Alcibíades para esclarecer a transferência, a partir do paradigma do amor.

Para Gutman (2009), se Alcibíades não tivesse aparecido no evento e sugerido uma mudança na proposta do Simpósio, a saber, que fosse feito não mais um elogio ao amor, mas ao outro, ficando ele encarregado de louvar Sócrates, o discurso de Sócrates teria fechado o evento e o *Banquete* não seria interpretado em termos psicanalíticos, nem o que se passa entre Alcibíades e Sócrates considerado da ordem da transferência. Gutman (2009) esclarece, assim, porque para Lacan (1960-61/2010b) é o diálogo travado entre Sócrates e Alcibíades que pode ensinar sobre os mecanismos transferenciais em jogo no processo analítico.

Vamos voltar, então, à cena que apresenta Alcibíades em seu discurso dirigido a Sócrates. Lacan (1960-61/2010b) observou que para compreender o sentido da cena que se desenrola entre os dois, do elogio feito a Sócrates por Alcibíades, da interpretação de Sócrates, e o que vai se seguir, é necessário verificar que com a entrada de Alcibíades não é mais do amor que vai se tratar de fazer o elogio, mas sim de um outro designado pela ordem, convencionou-se que cada um dos presentes deveria fazer o elogio daquele que estivesse a sua direita.

O importante da mudança é o seguinte: o que vai estar em causa é fazer o elogio, *épainos*, do outro, e é precisamente neste ponto, quanto ao diálogo, que reside a passagem da metáfora. O elogio do outro não substitui o elogio do amor, mas o próprio amor, e isso desde logo. (Lacan, 1960-61/2010b, p. 192).

Portanto, foi o elogio de Alcibíades a Sócrates e não os discursos proferidos sobre o amor, que Lacan (1960-61/2010b) analisou na sua obra relacionando-o a metáfora do amor. É ao contrapor o discurso de Sócrates que Alcibíades vai proferir não mais um discurso sobre o amor, mas um relato de suas experiências com Sócrates, revelando, assim, nesse momento, algo do seu desejo. Eis, então, que começa o elogio:

Amigos, tentarei louvar Sócrates recorrendo a imagens. Ele com certeza pensa senhores, é assim que eu tentarei, através de imagens. Ele certamente pensará talvez que é para carregar no ridículo, mas será a imagem em vista da verdade, não do ridículo. Afirmo eu então que ele é muito semelhante a esses silenos expostos nas oficinas dos escultores, esculpido com pífaros ou flautas, os quais, abertos de par em par, exibem estátuas de deuses em seu interior. Digo mais, ele se assemelha sátiro Mársias. (Platão, 2010, pp. 119-121).

Apesar dos protestos de Sócrates, ofendido com essa comparação, Alcibíades continua seu elogio, comparando-o ao sátiro Mársias que quando entra em ação, encanta a todos os presentes com a sua música, causando-lhe um grande impacto. A única diferença, diz ele, entre os dois, é que Sócrates não é flautista, não é por meio da música que ele opera, mas do discurso, no entanto, o resultado é da mesma ordem.

Para Lacan (1960-61/2010b), ao comparar Sócrates a um Mársias exaltando o seu poder de sedução, Alcibíades declara o seu amor a Sócrates supondo que nele encontra-se o seu objeto de desejo, agalmático¹³. Ele assume, nesse momento, a posição de *eron* (amante\ desejanter) que busca no amado aquilo que lhe falta, na ilusão de que ele o complete. É dessa situação que nasce o amor, da tentativa de encontrar no outro uma resposta em relação a esse vazio, ao que lhe falta.

Mas Sócrates, que deveria ocupar a posição de *eromenos* (amado/desejado), recusa esse lugar, negando-se a ser portador do objeto que lhe confere Alcibíades, passando, nesse momento, da posição de sujeito amado\ desejado para a posição de amante/desejanter, instaurando, assim, um ponto de ignorância acerca do objeto.

Para Lacan (1960-61/2010b), a posição de Sócrates é correlativa à posição do analista que, assim como ele, efetua a tensão da metáfora do amor em sua remissão à função da falta inerente ao desejo.

É certamente isso que se produz em análise, pois o analista, amado, é virtualmente amante, ainda que apenas por escutar o analisando. Mas, uma vez que a posição do sujeito desejanter é fundamentalmente a da falta, o tempo de eclosão do amor de transferência pode conduzir o analisando á verdade do seu desejo, que não é um bem, que é, por definição, aquilo que lhe falta, na medida em que o analista, posto nesse lugar de desejanter, souber fazer valer sua falta fundamental. (Porge, 1996, p. 550)

¹³ Nesse período de seu ensino, 1960-1961, Lacan supunha o objeto a como objeto de desejo, ainda que seu alcance fosse impossível. No seminário da angústia, ele inverte essa posição do objeto a, ali objeto causa de desejo e o localiza como impulsionador do movimento desejanter, dado que desde sempre perdido. Assim, ele não é mais um objeto a ser alcançado, mas uma causa perdida que provoca o movimento desejanter.

O paradigma do amor que corresponde na transferência a uma relação com o saber, desloca o sujeito de uma posição de amado, de quem tem, para uma posição de quem ama, de amante, que é causado por um ponto de ignorância em relação ao seu próprio desejo. Daí é suposto um saber no analista de que ele possa responder a esse ponto.

Mas, diferente de Sócrates que indica para Alcibíades que o objeto que ele procura não está nele, mas em Agatão, o analista não crê na existência desse objeto, ele sabe que ele é para sempre perdido. O que para Lacan (1964/2008) é imprescindível para que ele consiga exercer a sua função. Pois diferente do que acontece na relação que se estabelece entre um casal de amantes, o analista deve recusar o lugar de objeto a que lhe é designado. Mas, para isso, é necessário que ele ceda em seu desejo ao exercício da função de analista, para que o desejo relativo a essa função possa operar no tratamento, livre dos entraves da dimensão imaginária da subjetividade.

O analista deve se valer do amor no manejo da transferência fazendo semblante de objeto que é causa de desejo para o sujeito que ele escuta, intervindo, assim, no sentido de possibilitar que algo do desejo deste sujeito apareça e possa ser marcado em análise. Nesse sentido, o analista deve ocupar o lugar do sujeito suposto saber.

2.3. O sujeito suposto saber: a estrutura da transferência

Lacan introduziu na sua obra a noção de Sujeito Suposto Saber em uma data relativamente tardia, pelos anos de 1964/1965, mais precisamente no texto intitulado *Do Sujeito Suposto Saber, da díade primeira e do bem*.

Para Miller (1987), Lacan inaugurou algo inédito em relação à transferência, quando introduziu na sua obra o sujeito suposto saber. Pois este não só redimensiona o conceito de transferência freudiana e permite a ampliação das discussões acerca da condução de um tratamento psicanalítico, como também se destaca como uma proposta de estruturação lógica do fenômeno da transferência analítica em todas as suas manifestações (repetição, sugestão, resistência).

Por isso, para Miller (1987), foi somente a partir da introdução na sua teoria do sujeito suposto saber que Lacan (1964/2008) enquadrou melhor os fenômenos da transferência que se

produzem na situação analítica. uma vez que é em torno desse sujeito suposto saber que os fenômenos transferências descritos por Freud se manifestam.

O conceito de Sujeito Suposto Saber é definido por Lacan (1964/2008) como a base de tudo que se apresenta em termos de transferência: “Desde que haja em algum lugar o Sujeito Suposto Saber [...] há transferência.” (Lacan, 1964/2008, pp. 226). Mesmo que o analisando esteja muitas vezes longe de atribuir esse lugar ao analista, quando entra em análise. No entanto, a transferência não é um milagre diante do qual o psicanalista deve se ajoelhar, ela é consequência imediata da estrutura da situação analítica, daquilo que Lacan chamou de discurso analítico. (Miller, 1987).

Para descrevê-lo, Miller (1987) faz referência a um texto de Freud (1913), *Sobre o início do tratamento*, no qual ele descreve a regra fundamental da análise, que consiste em manter um discurso que se afasta de uma conversa comum, pela livre associação de ideias.

Ao fazê-lo, ele descreve a transferência como consequência imediata da instituição da relação que se estabelece entre o analista e o paciente. Para Lacan, citado por Miller (1987), existe a abertura à transferência pelo fato único de que ao consentir com o pacto analítico, o paciente se oferece à interpretação, colocando-se na posição de buscar a verdade sobre si mesmo, sobre sua identidade, sobre seu verdadeiro desejo no analista, que ele consente em colocar no lugar do grande Outro (Miller, 1987).

Para Miller (1987), é o saber-não sabido do analisante que se encontra na base da relação transferencial, pois o que constitui a transferência, a partir de sua estrutura no sujeito suposto saber, é a “ilusão fundamental, estrutural, de que seu saber – o saber do inconsciente – já está todo constituído no analista” (Miller, 1987, p77).

Portanto, é a partir desse lugar do Outro como alteridade radical, que não se confunde com a alteridade imaginária, para o qual o paciente transfere seu saber, que Lacan (1961[1960]/2010a) situa a posição do analista como Sujeito suposto saber, até 1960/1961, descrevendo, assim, o caráter ilusório da transferência. Contudo, é bem demarcado no ensino de Lacan que não é função do analista ocupar o lugar do grande Outro, uma vez que “O Outro não é um sujeito, é um lugar para o qual nos esforçamos por transferir o saber do sujeito.” (Lacan apud Porge, 1996, p.550). Mas, ao mesmo tempo em que o Outro se torna um lugar de

significantes, que não é sujeito, Lacan (1961) enuncia pela primeira vez sua definição de significante como sendo aquilo que representa o sujeito para um outro significante. “O significante, ao contrário do signo, não é o que representa alguma coisa para alguém, é o que representa precisamente o sujeito para um outro significante”. (Lacan, 1961, p.155).

Ao fazê-lo, ele inscreve a transferência na dependência do significante. Para isso, Lacan (1967/2003d) apresenta e discute no texto *A proposição de nove de outubro de 1967*, o matema abaixo:

$$\frac{\text{S}}{s(S_1, S_2, S_3, \dots, S_n)} \text{Sq}$$

Embora a psicanálise nasça de uma relação estabelecida entre dois indivíduos, o psicanalista e o psicanalisante, ela só pode desenvolver-se, como demonstra Lacan (1967/2003d), “ao preço do constituinte ternário, que é o significante introduzido no discurso que se instaura, aquele que tem nome: o sujeito suposto saber, esta uma formação não de artifício, mas de inspiração como destacada do psicanalisante” (Lacan, 1967/2003d, p. 254).

Dessa forma, Lacan (1967/2003d) demonstra que o analista no lugar do sujeito suposto saber é apenas um efeito da situação analítica. A posição que o analista ocupa enquanto sujeito suposto saber só é possível porque um significante do analisante se dirige a um significante qualquer do analista, representando-o. O analista é, assim, “suposto pelo significante que o representa para outro significante. E o suposto desse sujeito é descrito colocando o saber em seu lugar de adjacência da suposição” (Lacan, 1967/2003d, p. 253).

Nesse sentido, o analista é um significante qualquer. É a isto que ele e seu nome são reduzidos, o que mostra que o sujeito suposto saber não é de fato real, por isso, para Lacan (1967/2003d) importa compreender a relação direta do psicanalista com o saber do sujeito suposto.

Sobre isso, Lacan (1967/2003d) comenta que do saber suposto, o analista nada sabe, o que, para ele, justifica a recomendação que Freud faz na sua obra aos psicanalistas para que aborde cada novo caso como se não tivessem aprendido nada com suas primeiras decifrações. O que

não autoriza o psicanalista a se contentar com saber que nada sabe, pois o que se trata é do que ele tem de saber.

No texto intitulado *Crítica da contratransferência*, Lacan (1961[1960]/2010c) tece algumas considerações sobre o que o analista tem que saber para exercer a sua função, ao fazer uma crítica aos psicanalistas que buscam compreender a contratransferência a partir do efeito no analista do que o paciente traz para a análise e da capacidade deste de compreender estes conteúdos.

Para Lacan (1961[1960]/2010c), para exercer a sua função, não é essencial que o analista compreenda o paciente, é preferível até que ele coloque em dúvida aquilo que ele compreendeu, pois o que o analista realmente deve saber, para exercer a sua função de analista, é o que o desejo é, mas não o que o sujeito em análise deseja. É isso o que vai permitir que o analista fique na posição de ter em si, o objeto desse desejo. Como diz Lacan, “mesmo que o sujeito não o saiba, apenas pela suposição, direi, objetiva da situação analítica, já é no outro que o pequeno *a*, agalma, funciona” (Lacan, 1961[1960]/2010d, p. 242).

O analista é, portanto, aquele que sabe do engodo da posição do sujeito suposto saber e não crê realmente nela, operando como sendo, ele próprio, o objeto causa do desejo, em outros termos, encarnando o lugar do objeto *a*, possibilitando, assim, que o analisando vá ao encontro da verdade do seu desejo. Mas, para isso, é necessário que ele não só renuncie a posição de poder que a transferência lhe outorga, mas também se abstenha do lugar de conselheiro ou orientador, assumindo no contexto analítico uma posição neutra.

O lugar do analista na transferência foi objeto de discussão tanto na obra de Freud, quanto na obra de Lacan. Ambos procuraram analisar como a posição que o analista assume na transferência pode influenciar o processo analítico e comprometer o seu sucesso.

Embora Freud (1912/1969b) tenha feito uma série de recomendações aos psicanalistas que estavam se iniciando na psicanálise sobre qual deve ser a posição do analista na técnica analítica e o seu lugar na transferência, ele não conseguiu impedir que alguns equívocos fossem praticados por jovens analistas. Essas recomendações realizadas não só no artigo escrito em 1912, mas também em outros momentos da sua obra, como nos textos que escreveu entre 1937 e 1938, *Análise terminável e interminável* e *Construções em psicanálise e*

esquema da psicanálise, que alertavam os psicanalistas, sobretudo, sobre o mau uso que eles podem fazer do poder que a sua posição na análise lhes outorga, ao encarnar o lugar do mestre, do educador ou do sacerdote.

Para Miller (1987), esses equívocos foram causados por uma má interpretação da obra de Freud, especialmente da segunda tópica, que ele escreveu tentando responder os questionamentos que alguns psicanalistas faziam na época sobre a técnica psicanalítica e os conceitos que ele havia criado. Foi a partir da leitura do capítulo VIII de *Psicologia das massas e análise do eu*, que eles passaram a se identificar com o grande Outro e a encarnar esse lugar, o que resultou na criação de uma teoria que Miller (1987) descreveu da seguinte forma:

Essa teoria implica, primeiro, que o analista deve ocupar o lugar do super-eu e, depois, que o analisante deve identificar-se com ele; a cura é, assim, o processo de identificação do analisante com o analista como super-eu. Uma fantasia está desenvolvida aí: a de que o analista, a partir de sua posição supereu-óica poderá insinuar valores verdadeiramente positivos no eu do sujeito. A cura apresenta-se, então, sobretudo como uma espécie de educação, uma educação por sugestão do paciente; e o analista simplesmente se oferece, ele mesmo envolvido na experiência, como a verdadeira medida da realidade, como aquele que sabe o que a realidade deve ser e que, através de seu prestígio supereu-óico, deve levar o sujeito a se situar no mesmo nível da realidade.” (Miller, 1987, p. 80).

Para Miller (1987), essa foi a principal consequência para a psicanálise da identificação do analista com o grande Outro, o surgimento de uma teoria que situa o analista como o supereu do paciente, que orientou o trabalho de alguns psicanalistas por um longo período, modificando não só a concepção analítica da transferência, mas também a técnica psicanalítica, convertendo a cura em um doutrinamento do paciente pelo psicanalista, empresa á qual o desejo do paciente tenta resistir. “Essa é a resistência que não se deve esquecer, a boa resistência, a resistência que os psicanalistas descobriram quando enfocaram a análise como doutrinamento e exercício da demanda do psicanalista. Encontraram a resistência do desejo.” (Miller, 1987, p. 80).

Em *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*, Lacan (1958\1998) denunciou o desvio da prática analítica, que se transformava em uma reeducação emocional do paciente, no qual o analista se oferecia como modelo para o paciente, procurando moldá-lo à sua imagem e semelhança. O autor considerava tal fato uma impostura do analista, que pode ser interpretada como o exercício de poder.

Para evitar que isso acontecesse, Lacan (1958) propôs que o analista ocupe na relação transferencial estabelecida com o paciente o lugar da falta-a-ser, o que implica em abdicar do seu ser na condução do tratamento, se isentando dos seus juízos de valor e de seus interesses pessoais para dirigi-lo, assumindo, assim, uma posição neutra no contexto analítico, que Lacan (1948/1998b) descreveu da seguinte forma:

nós nos apagamos, saímos do campo em que possam ser percebidos o interesse, a simpatia e a reação buscados por aquele que fala no rosto do interlocutor; evitamos qualquer manifestação de nossos gostos pessoais, escondemos o que pode traí-los, nos despersonalizamos e tendemos, para esse fim, a representar para o outro um ideal de impassibilidade. (Lacan, 1948/1998b, p. 109)

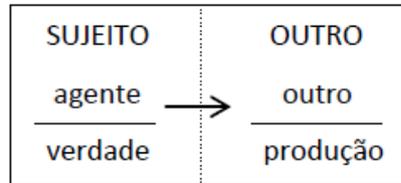
Lacan (1961[1960]/2010c) criticava, por isso, veementemente os psicanalistas da época que davam consistência ao ser do analista, ao se apoiar na contratransferência, para nortear o tratamento. Condenando, por isso, aqueles analistas que não só recorriam às suas experiências pessoais ou ao seu feeling para decifrar o analisando, mas que também manifestavam interesse pelos efeitos que a sua pessoa surtia na análise.

Para Lacan (1901/1981), quando o ser do analista entra em jogo, corre-se o risco não só do paciente transferir para ele aquelas imagos que corresponde às pessoas que lhe são significativas e que permanecem no seu inconsciente, pois basta uma atitude do analista para provocar no paciente uma reação que reatualiza essas imagos, mas também de se estabelecer uma confusão sobre quem dirige o tratamento, o analista ou o paciente.

Para esclarecer essa questão, Lacan (1958/1988a) comparou a análise a um jogo de Bridge, no qual, o analista joga com o morto ao colocar seu ser do lado de fora da partida, e ao dispor suas cartas que auxiliariam o parceiro em cada lance, inovando as jogadas. Ao fazê-lo, ele demonstrou que na análise o analista é aquele que não dirige o tratamento pela sabedoria ou por seu ser, mas pelo desejo do analista em um discurso que lhe é próprio, o discurso do analista.

2.4. O discurso do analista

Para compreender o discurso do analista, é necessário levar em consideração o esquema descrito abaixo, esquema que Lacan (1970[1969]/1992) criou para demonstrar a estrutura de um discurso, indicando o lugar que cada um dos elementos que o compõem ocupa.

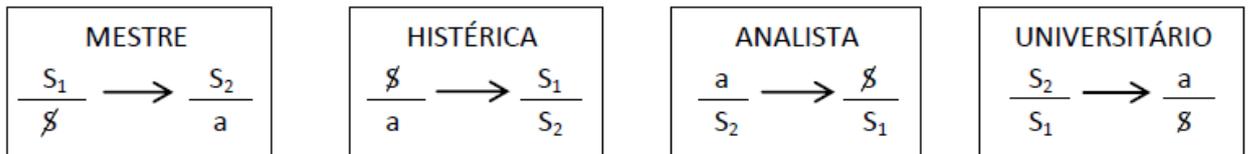


Tais lugares fazem menção ao fato de que todo e qualquer discurso apresenta uma verdade que o move, sua mola propulsora, sobre a qual está assentado um agente, o qual se dirige a um outro produtor, a fim de obter deste uma produção.

Lacan se utiliza, nos primeiros anos do seu ensino, do recurso dos grafos da topologia matemática, e mais tarde, do recurso do matema composto por Letras, para apresentar os conceitos elaborados ao longo da sua obra. Trabalharemos aqui com alguns desses elementos, que Lacan (1970[1969]/1992) utilizou para elaborar os quatro discursos: S_1 , S_2 , $\$$, a . De modo que, faz-se necessária uma breve explanação do que se pode compreender a partir de tais letras. Para isso, vou recorrer à descrição que Quinet (2009) faz desses elementos.

Ao abordarmos o S_1 , deparamo-nos com o significante mestre, representado pela sua qualidade de comando e, portanto, de unicidade. Além disso, podemos compreender o S_1 como aquele significante da primeira experiência de satisfação, que inaugura a cadeia de significantes, que funda o sujeito, a qual nunca pode ser retomada de forma plena. Já o S_2 refere-se a todos os significantes que por retroação vem tentar dar um significado para S_1 , isto é, o saber inconsciente. No que concerne ao S , lidamos com o que é classicamente definido como o irrepresentável. Tal concepção se refere ao fato de que não há um significante que esgote a definição do sujeito. Tal sujeito está apenas em relação à cadeia significativa. O último dos elementos dos quatro discursos a ser abordado é representado pela letra a , que assume diferentes conotações ao longo da obra de Lacan. Mas, no que se refere à teoria dos quatro discursos, o a é denominado de mais-de-gozar, que representa o excesso de gozo que se perde pelo próprio funcionamento do aparelho psíquico. Nesse sentido, o a é o resto, o produto, o excedente na busca da experiência de satisfação apontada pelo S_1 .

É no Seminário 17, *O avesso da psicanálise*, que Lacan (1970[1969]/1992) apresentou e discutiu, a partir desses elementos, os quatro discursos. Neste trabalho, vou ater-me ao discurso do analista, uma vez que é ele que nos interessa para prosseguirmos com nossa discussão sobre a transferência na psicanálise.



Para compreendê-lo, é necessário tomar como ponto de partida o discurso do mestre, visto que é a partir desse discurso que encontramos os demais realizando quartos de giro.

Ao observarmos o discurso do mestre e o discurso do analista, notamos que o primeiro é o avesso do segundo. Por isso, Lacan (1970[1969]/1992) empregou no seu Seminário 17 o discurso do mestre como avesso da psicanálise.

Para Lacan (1970[1969]/1992), o mestre é aquele que ocupa no discurso o lugar de S1, daquele que sabe, que tem a verdade do seu lado, provocando, por isso, um assujeitamento do outro, para quem ele se dirige. O que não acontece no discurso do analista, pois neste o analista não ocupa o lugar de S1, mas do objeto a, em torno do qual se situa e se ordena o seu discurso. É isso que possibilita que o analista não só se abstenha do lugar de saber que a transferência lhe outorga, mas também que ele se dirija a um sujeito, despertando nele o desejo de querer saber o que inconscientemente sabe e do que durante muito tempo nada quis saber, para que este produza o que sabe.

Nesse sentido, o analista é aquele que deve se colocar no lugar daquele que supostamente porta um saber sobre o paciente, se recusando, por isso, a atender as suas demandas. Nisso consiste para Lacan (1964/2008) o manejo da transferência, como demonstra Miller (1987), ao afirmar que:

A análise da transferência consiste em descobrir que não há, em sentido real, sujeito suposto saber. Isso é o que constitui o desejo do analista, desejo muito singular que Freud localizou em um momento da

história, o desejo do analista de não se identificar com o Outro, de respeitar o que Freud, em sua linguagem, chama de a individualidade do paciente, não ser um ideal, um modelo, um educador, e sim deixar espaço para a emergência do desejo do paciente. (Miller, 1987, p. 89)

São essas considerações que Freud e Lacan teceram na sua obra sobre a posição do analista e o manejo da transferência que podem contribuir para a análise da transferência no contexto socioeducativo. Sendo essa análise imprescindível para o desenvolvimento dessa dissertação, uma vez que é a partir dela que vamos contextualizar a indiferença na relação que se estabelece entre o adolescente e o técnico de referência na medida para, então, localizarmos como é possível operar nesses casos.

2.5. A transferência na medida socioeducativa

Como foi discutido no início desse capítulo, a transferência é um elemento essencial para que o trabalho proposto na medida se realize. Mas, para compreendermos como ela se apresenta nos atendimentos realizados com os adolescentes autores de atos infracionais que cumprem medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida é necessário levar em consideração o contexto da medida.

O jovem chega à medida por determinação judicial cujo caráter coercitivo não se pode negar, o que justifica porque grande parte dos adolescentes manifesta, a princípio, uma resistência em relação à mesma. Com raras exceções, os adolescentes chegam para iniciar o seu cumprimento sem ter uma noção clara do que é uma medida e qual a sua finalidade, o que contribui não só para que eles interpretem a medida de forma equivocada, mas também para que coloque o técnico numa posição de juiz ou polícia, alguém que tem o poder de decidir o seu destino, puni-lo ou libertá-lo.

Por isso, inicialmente, não é raro que o jovem solicite do técnico que ele intervenha junto ao juiz para tentar amenizar a sua situação judicial ou até mesmo para extinguir a medida, alegando inocência, questionando-o também sobre os relatórios que serão enviados ao juiz, que ele teme que possam complicar ainda mais a sua situação.

Alguns jovens, antes mesmo que o processo de responsabilização se inicie, demandam do técnico que ele solucione o mais rápido possível a sua situação na justiça, realizando a sua matrícula na escola e em algum curso profissionalizante, ou realizando o seu encaminhamento

para a instituição onde ele vai prestar o serviço, acreditando que só isso basta para que o juiz encerre o processo. Observa-se nessas demandas iniciais o que Garcia (2001), fazendo alusão ao sujeito suposto saber, denominou de sujeito suposto poder: o adolescente supõe que o técnico tem um poder sobre a sua medida e situação judicial.

Dessa forma, podemos afirmar que, inicialmente, o técnico é colocado pelo adolescente no lugar de sujeito suposto poder sobre a sua situação jurídica. Sabemos que, de fato, o relatório técnico pode influenciar a decisão do juiz e que o acompanhamento técnico pode ter características regulatórias na medida. No entanto, é imprescindível, para o bom andamento do processo, que o técnico jamais ocupe o lugar do mestre ou do juiz que lhe é atribuído pelo adolescente na medida. Pois, trata-se, como vimos em Lacan, de uma impostura, que pode trazer consequências desastrosas para o trabalho a ser realizado com o adolescente, que pode desenvolver em relação ao técnico uma transferência negativa.

Embora Freud (1914/1969d) parta da oposição entre positivo e negativo, ou seja, entre afetos amorosos e hostis, no âmbito dos sentimentos, para distinguir a transferência negativa da positiva, para Lacan (2008), que atribui à crença do analisando no saber do analista o que de fato possibilita o estabelecimento da transferência, essa distinção pouco importa. Por isso, Miller (1998) comenta que, para Lacan, a transferência negativa não surge da manifestação pelo analisando de sentimentos negativos em relação ao analista, mas de uma impostura do analista, que pode despertar a resistência do analisando em relação ao tratamento, ao encarnar o lugar do saber, do mestre, levando-o a duvidar desse saber e a questionar as suas intervenções.

Assim, ao se colocar no lugar do mestre ou do juiz, o técnico pode provocar a resistência do adolescente em relação à medida, que pode se recusar a participar ativamente dos atendimentos e a dar tratamento às questões relevantes que podem esclarecer os motivos que o levaram a se envolver com a criminalidade, dificultando, assim, o processo. O que pode levá-lo a descumprir a medida ou a realizar apenas o que foi acordado com o juiz em audiência ou com o técnico nos atendimentos para encerrar mais rapidamente o seu processo. Mas nesse caso não é possível recolher os efeitos da medida sobre sua posição subjetiva ou sobre seu efeito societário.

O que também pode ocorrer nos casos em que o técnico ocupa o lugar do bom samaritano, que supõe que sabe o que é o melhor para o adolescente e age com a melhor das intenções, colocando-o em uma posição de vítima, ou do educador que se oferece como um modelo a ser seguido pelo adolescente. Tais situações podem comprometer o trabalho proposto, que visa, sobretudo, à responsabilização, na medida em que o adolescente pode resistir às intervenções e orientações do técnico em relação à medida, que podem ser interpretadas por ele como uma tentativa do técnico de enquadrá-lo dentro de uma norma, de um ideal social, que nem sempre condiz com o seu desejo.

Por outro lado, há uma imposição social sobre a ação jurídica e a execução socioeducativa que visa, de fato, a normatização do comportamento infracional do adolescente, impondo-lhe um modelo de boa convivência, quando não chega ao extremo da exclusão. Assim, extrair do cumprimento da medida socioeducativa um ponto de elaboração quanto ao encontro com o outro e os limites da convivência social torna-se um desafio ainda maior.

Portanto, é necessário que o técnico, assim como o analista, assuma em sua intervenção na execução da medida uma posição neutra e abra um espaço de fala, para que o adolescente construa um saber sobre seu ato, localizando na sua história o que de fato o levou a infracionar, “permitindo, assim, que o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa desloque essa posição de poder para uma suposição de saber sobre o que ele trouxe” (Nassau, 2011, p. 8). O que pode contribuir não só para que o adolescente se responsabilize pelo ato praticado pela via da palavra, mas também para que ele se aproprie da medida como sua e construa, a partir das possibilidades que lhe são ofertadas, um novo projeto de vida.

Mas, nem sempre isso é possível. Há situações em que, ainda que o técnico se abstenha desse lugar, de representante da lei que se autoriza a decidir pelo adolescente, este não se envolve com a medida. Diferente do que ocorre com a maioria dos adolescentes que atribuem ao técnico um lugar de poder, nesse caso, o jovem não supõe nada no técnico, o que a princípio impede que um trabalho seja realizado, na medida em que por ele não supor nada, ele não estabelece um laço de trabalho com o técnico, nem positivo, nem negativo, se recusando, por isso, a falar, permanecendo em silêncio durante os atendimentos. Trata-se, portanto, de jovens que são indiferentes ao técnico, pois como foi discutido no primeiro capítulo, a indiferença é, para Freud (1915/1974), um afeto contrário ao amor e ao ódio.

2.6. A indiferença

Para precisar melhor o que estou chamando de indiferença, vou recorrer ao termo paixão, que segundo Laurent (2000), Lacan recolheu da tradição filosófica, para explicar o que acontece na relação transferencial que se estabelece entre o paciente e o analista, que é confrontado, em sua prática cotidiana, com a densidade da experiência da paixão.

É preciso antes resguardar a diferença entre a experiência clínica e a experiência de intervenção social no cumprimento de uma medida socioeducativa. Nesse sentido, isolamos nove elementos para demarcar a diferença do campo de atuação clínica do psicanalista para o campo de intervenção social do técnico das medidas socioeducativas¹⁴:

1. Não há demanda a partir de um sofrimento subjetivo no laço com o técnico da medida, enquanto com o analista, esse seria o ponto de partida do trabalho;
2. O psicanalista responde a essa demanda engajando o sujeito no seu sofrimento, fazendo dele enigma para o próprio sujeito poder trabalhar em torno de sua produção subjetiva de sofrimento; aqui o técnico se aproxima do analista, pois irá engajar o jovem na questão acerca de sua entrada e permanência na ação infratora, colocando-o a trabalho em torno das questões que pode formular sobre seu ato;
3. Além da formulação de questões, há o convite pelo analista ao engajamento do sujeito na resposta que construiu diante do que lhe provocava mal-estar; se na clínica psicanalítica, esses condicionantes têm a ver a dimensão simbólica com que o sujeito trata o real traumático de sua história, no trabalho socioeducativo, é necessário também levar em conta os condicionantes sociais, econômicos, políticos e discursivos que, concretamente, incidem na experiência infratora do adolescente, daí a sutileza de retirá-lo da posição de culpado, de algoz, mas também de evitar que ele se torne vítima do sistema; responsabilizar o adolescente caminha nessa linha tênue;
4. Na clínica psicanalítica, o tempo é lógico e depende da forma como o sujeito lida com a atualização de seu passado e com a costura, pelas palavras, de seu presente;

¹⁴ Os tópicos abaixo elencados são contribuição direta da orientação da professora Andréa Máris Campos Guerra.

na medida, o tempo é cronologicamente delimitado entre seis meses e três anos, com certa flexibilidade, o que exige sempre a urgência na resposta do jovem;

5. Na medida, o jovem não decide se quer ou não um acompanhamento; na clínica psicanalítica, essa decisão é condição para o trabalho;
6. No cumprimento da medida, há a imposição da liberdade restringida pela decisão judicial, em maior ou menor escala, mas sempre presente; o que coloca no horizonte de qualquer intervenção técnica o desejo pela liberdade por parte do adolescente; no horizonte clínico, o desejo que se coloca não tem forma no início de um processo analítico, mas se desenha ao longo do percurso, não tendo um objeto ou um objetivo a priori definidos; assim, na clínica os efeitos não estão previstos antes do final do processo analítico;
7. Na clínica psicanalítica, a única regra, chamada por Freud (1912/1969b) de regra de ouro da psicanálise é a associação livre, orientada pelo trabalho do inconsciente; sobre a execução da medida recai toda a legislação pertinente ao campo e explicitada, especialmente, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Sistema Nacional de Acompanhamento Socioeducativo (SINASE);
8. O espaço analítico, em geral sigiloso e resguardado, suspenso da vida real, serve como convite ao trabalho simbólico com as palavras; na medida é possível instalar esse campo e empreender esse convite, mas as condições concretas do sistema e da instituição de execução atravessam, a todo tempo, o espaço de fala do jovem;
9. Finalmente, como é tema central dessa dissertação, o laço com o analista ou com o técnico, é marcado por um fundo transferencial que, se trabalhado, pode potencializar o cumprimento da medida e a reorientação de vida do adolescente; havendo, no contexto das medidas, o outro institucional atravessando a experiência de atendimento com o técnico que pode, imaginariamente ocupar o lugar da desconfiança, da correção, da cobrança, da injustiça, da intolerância, da atenção, do zelo, do cuidado, enfim, como veremos, pode servir de mote para o trabalho com diferentes elementos simbólicos e afetivos do contexto discursivo do jovem.

Postas essas diferenças preliminares, entendamos a indiferença no âmbito da transferência estabelecida entre jovens e técnicos em cenários da medida socioeducativa, a partir da experiência *strictu sensu* da clínica psicanalítica. Para Laurent (2000), a transferência desvela toda a gama das paixões que podem ser vividas na relação que se estabelece entre o psicanalista e o paciente. Para fazer valer seu lugar na dimensão da paixão, Lacan

transformou esse termo opondo às paixões da alma, as paixões do ser, que foram descritas por ele da seguinte forma:

as paixões do ser são paixões da relação com o Outro. Amor, ódio e indiferença têm a ver com uma relação. Elas não são paixões do sujeito em relação com a sua própria alma. Quando chamamos estas paixões de paixões do ser, percebemos que não se trata mais do velho sentido da palavra paixão. É, ao mesmo tempo, uma ação: amamos, detestamos, ficamos indiferentes. Trata-se, ao mesmo tempo, de uma ação e de algo que se impõe, algo que é, de certo modo, uma escolha forçada. (Laurent, 2000, p. 38)

Se as ações humanas são decorrentes de uma determinação, e as paixões do ser foram inscritas no momento em que Lacan definiu o sujeito do inconsciente como falta-a-ser, como demonstra Laurent (2000), foi possível ao autor concluir que a falta-a-ser é o que determina a paixão do ser. “É a paixão de ir buscar, no Outro, aquilo que vai acalmar a falta-a-ser, acalmá-la e preenchê-la” (Laurent, 2000, p. 39). E, nessa busca, nesse encontro com o Outro, o sujeito pode amar, odiar ou ficar indiferente.

Para Miller (1998), o que vai determinar se o sujeito vai, no encontro com o outro, amá-lo, odiá-lo ou ficar indiferente, é a crença de que o outro possui aquilo que ele procura, o objeto aligmático. Miller (1998) diferencia, por isso, o ódio e o amor do desprezo, que ele descreve da seguinte forma: “El desprecio significa tú no tienes nada que me interesse, no quiero tomar nada de tu, es decir que el desprecio es como um certo olvido del Outro”¹⁵ (Miller, 1998, p. 78). E é por se tratar de um esquecimento do Outro, que Miller (1998) distingue o desprezo da transferência negativa, pois o desprezo não é decorrente de uma dessuposição de saber no Outro, como acontece na transferência negativa, mas da convicção do sujeito de que o Outro não tem nada para lhe oferecer. Por isso, para Miller (1998), o desprezo é uma ausência de transferência.

Partindo, então, dessas considerações que Miller (1998) faz sobre o desprezo como um afeto contrário ao amor e o ódio, podemos supor que no encontro do adolescente indiferente com o técnico responsável por acompanhá-lo na medida é o desprezo que ele manifesta, pois o técnico é aquele que não pode fazer nada por ele, que não tem nada para lhe oferecer. O que pode inviabilizar o estabelecimento da transferência entre o técnico e o adolescente, tão necessária para que o trabalho aconteça.

¹⁵ “O desprezo significa você não tem nada que me interessa, não quero nada de você, é dizer que o desprezo é como um certo esquecimento do Outro.”

Ora, se, como supomos, a transferência é, assim como o seu manejo, essencial para que um trabalho subjetivo com efeitos políticos se realize na medida; como, então, operar com o adolescente indiferente que não estabelece com o técnico de referência da sua medida a transferência?

Para responder a essa questão, vou abordar, no próximo capítulo, o caso de dois adolescentes atendidos no Serviço de Execução das Medidas Socioeducativas em meio aberto da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que cumpriram as medidas de Prestação de Serviço à Comunidade e de Liberdade Assistida, e que manifestaram a indiferença na relação estabelecida com o técnico responsável pelo seu acompanhamento na medida. O que, a princípio, impossibilitou que um trabalho fosse realizado com eles, tendo, posteriormente diferentes desdobramentos, como veremos.

3.FRAGMENTOS DE CASOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar o fragmento do caso de dois adolescentes que cumpriram medida socioeducativa em meio aberto de Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida respectivamente, procurando analisar como é possível intervir nos casos em que o adolescente manifesta a indiferença em relação ao profissional que se dispõe a acompanhá-lo no cumprimento da medida. Pois como foi discutido anteriormente, a indiferença se apresenta como um obstáculo para o trabalho a ser realizado com o adolescente na medida, uma vez que a princípio ela impede que a relação transferencial se estabeleça.

Inicialmente, vou abordar o caso de um adolescente que vou chamar de Pablo. Trata-se de um caso bem sucedido, no qual foi possível intervir, apesar do adolescente ter manifestado a indiferença, e colher, no final da medida, o efeito da mesma na subjetividade do jovem. O que pode esclarecer como é possível operar nesses casos.

3.1. Caso Pablo

Pablo é o filho mais velho de uma família de quatro filhos. Os pais são casados há muitos anos e tem um relacionamento estável. O pai, Carlos, é pastor de uma igreja evangélica da comunidade onde moram e dedica a sua vida as missões da igreja. A mãe, Maria, é dona de casa, mas também se dedica a igreja, auxiliando o marido em algumas ações. Trata-se de uma família muito religiosa, por isso, Pablo cresceu acompanhando o pai nas missões da igreja.

Carlos circulava pela comunidade abordando os meninos do tráfico, com o intuito de convencê-los a frequentar os cultos e ações que ele fazia na igreja voltada para a juventude. Ele acreditava que esses jovens tinham se envolvido com a criminalidade porque “*não tinham Jesus no coração*”, por isso, apostava que a igreja poderia salvá-los. Pablo acompanhava o pai nessa missão, nessas ocasiões, observava atentamente o “*brilho dos meninos do tráfico*”, enquanto o pai conversava com eles.

Maria relata que Pablo foi um menino tranquilo. Era um bom filho, frequentava a escola, fazia os deveres, ajudava na rotina da casa e tinha respeito por todos. Mas ao completar doze anos seu comportamento mudou. Pablo passou a ficar na rua, faltar às aulas, e a desrespeitar os pais, enfrentando-os, quando eles chamavam sua atenção ou tentavam colocar um limite.

Deixou também de frequentar os cultos nos finais de semana e de acompanhar o pai nas missões, o que os decepcionou, já que dedicavam sua vida à igreja.

Maria só tomou conhecimento do envolvimento do adolescente com o tráfico, quando ele foi detido pela polícia em um ponto de ônibus da comunidade. Nessa época, Pablo estava com treze anos e levava uma quantidade significativa de droga no bolso, ia fazer uma entrega em outra comunidade. Desesperada, Maria e Carlos tentaram convencê-lo a voltar para a igreja, porque acreditavam que só Jesus poderia salvá-lo. Mas, Pablo os ignorou. Depois desse episódio, seu comportamento piorou, passava o dia na rua na companhia dos meninos do tráfico, e só retornava para casa para dormir.

Por causa do envolvimento do adolescente com o tráfico de drogas, Carlos deixou de abordar os meninos do tráfico, porque não suportava ver o filho naquela situação, desistiu também de conversar com Pablo, já que suas tentativas era em vão, ele\ Pablo ignorava o que ele\o pai dizia.

3.1.1. A medida socioeducativa

Pablo estava com dezesseis anos, quando foi encaminhado pelo Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA) para cumprir a Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade, após permanecer 45 dias no Centro de Internação Provisória (CEIP), aguardando a decisão do juiz. Pablo já tinha outras passagens pelo CIA e já tinha sido encaminhado para cumprir tanto a medida de Liberdade Assistida, quanto à de Prestação de Serviço à Comunidade, mas descumpriu ambas as medidas, o que resultou na sua passagem e permanência no CEIP por 45 dias.

Nos primeiros atendimentos, Pablo se restringia a responder o que a técnica perguntava, comentou apenas que não acreditava na medida, e que ela e o juiz não poderiam salvá-lo, já que aos doze anos, decidiu entrar para o tráfico. Para ele, um caminho sem volta, pois o único destino de quem entra para a criminalidade é a cadeia, o cemitério ou a cadeira de rodas.

Apesar de não acreditar que a medida poderia “*salvá-lo*”, Pablo continuou vindo aos atendimentos, mas permanecia em silêncio. E quando era convidado a contar a sua história, dava sempre a mesma resposta: “*não adianta falar, você não pode me salvar, eu escolhi essa*

vida, e quem escolhe esse caminho, já sabe o seu fim, cadeia, cadeira de rodas e cemitério, tô esperando o meu fim”. Após algumas semanas em silêncio, a técnica surpreende Pablo com uma pergunta: *“Você diz que não pode ser salvo, salvo de que?”.* Nesse momento, Pablo rompe o silêncio e começa a contar a sua história: *“Viver na casa dos meus pais era osso sabe, meus pais são de igreja, por isso, eu tinha que ser exemplo pra tudo, pros meus irmãos, pros outros caras que participavam dos movimentos jovens comigo, era regra que não acabava mais, tudo certinho, certinho como meu pai. Meu pai é daqueles sujeitos sem falhas, o pessoal falava que ele tinha um caráter intocável. Mas, pra mim, ele era um mané, um coitado, que vivia pra uma igreja comandando um bando de idiotas. E sabe o que ele ganhava em troca? Um bando de puxa saco falso, interesseiro! Tinha gente que falava que eu ia ser como ele, seguir os mesmos passos, ia crescer e virar pastor. Mas, eu queria ser diferente, queria brilhar como os meninos do tráfico, queria respeito na comunidade, dinheiro e a mulherada no pé, queria ser homem. E para não ser um mané como meu pai, fui ser um traficante, um traficante homem”.*

Assim, ao completar doze anos, momento em que Pablo se depara com o real da puberdade que o coloca frente á necessidade de se separar do Outro, da sexuação e da escolha do objeto, Pablo se afasta do pai e decide ser um traficante.

Aqui vale fazer uma pausa e trazer algumas considerações sobre a adolescência na perspectiva da psicanálise, para compreendermos a entrada desse adolescente no tráfico.

3.1.2. A adolescência na perspectiva da psicanálise

Para situar a adolescência na perspectiva da psicanálise é necessário levar em consideração o termo puberdade. Pois Freud não fala em adolescência, mas faz menção ao termo puberdade em vários momentos da sua obra, nos casos clínicos, na etiologia das neuroses, nos textos metapsicológicos ou sobre a cultura.

Freud (1905/1972) descreve a puberdade como um segundo tempo da sexualidade que surge após um período de supressão das pulsões sexuais, que ele denominou de latência, e que determina a configuração definitiva da vida sexual. É nessa fase que ocorrem transformações de natureza biológica e psíquica no adolescente que levam a subordinação de todas as fontes de excitação sexual ao primado das zonas genitais e ao encontro com o objeto sexual.

Freud (1905/1972) destaca ainda a puberdade como um tempo de revivência e re-significação edípica, pois o desejo sexual, ao despertar a antiga corrente, reativa o Édipo, renovando os conflitos edípicos e as fantasias incestuosas. Mas, diferentemente da sua primeira manifestação na infância, o redespertar do Édipo na puberdade tem a marca da interdição, ele é reativado numa época mais além do recalque e em um corpo transformado, que traz um novo elemento, que é a genitalidade. Por isso, para Cottet (1996), na puberdade, o desejo sexual põe em questão a impossibilidade de uma harmonia entre a pulsão sexual e a corrente terna sobre o mesmo objeto.

Esses acontecimentos e transformações que o adolescente experimenta no corpo e no pensamento, que Lacan, citado por Lacadée (2011), chamou de gozo (*jouissance*), se impõe à sua revelia, modificando o seu corpo infantil e os discursos que, até então, o localizavam no desejo do Outro. Sendo, por isso, vividos por ele com estranheza, podendo assumir uma dimensão traumática, na medida em que o adolescente não encontra palavras para simbolizar esses elementos, como demonstra Lacadée (2011) ao afirmar que:

Com frequência, o adolescente percebe as modificações de seu corpo como sendo outro corpo arrebatando, de maneira real, a terna despreocupação de sua infância e subvertendo os significantes ideias do Outro parental: tomado por um sentimento de estranheza em face da metamorfose, ele se depara com algo de intraduzível na língua do Outro e se confronta com um impasse, com o sentimento de um vazio matizado de vergonha. Essa vergonha que habita algumas das mais belas poesias de Rimbaud, como “Vergonha”, pode levar ao desgosto, ao ódio de si mesmo, ao ódio dessa coisa nova”. (Lacadée, 2011, p. 27-28)

Essa dimensão traumática da puberdade também pode ser compreendida através das observações que Alberti (2009) tece sobre a crise na adolescência. “Se há crise de adolescência, isso ocorre porque o sujeito humano é um sujeito em crise, ou seja, essa crise se dá porque, como diz Lacan, a sexualidade, antes de fazer sentido, fura o real.” (Alberti, 2009, p. 124). Para Lacan (1974-2003d), esse real reside no famoso enunciado não há relação sexual, que ele descreve, então, como impossível.

Lacan (1974-2003d) define, por isso, a adolescência como fornecedora do paradigma da impossibilidade do encontro com o outro sexo. Pois o real da puberdade, em vez de viabilizar a relação sexual, como se poderia esperar, suscita o gozo das fantasias que afastam tal possibilidade. Donde o comentário lacaniano do título da peça: O despertar da primavera. Quando chega a hora do rapaz fazer amor com as moças, é preciso que sonhe com isso, antes de começar a disso se ocupar.

Para Lacadée (2011), a dificuldade está em saber o que fazer no encontro com o outro sexo, pois diferentes dos animais, que contam com o instinto, para o ser humano não existe nenhum saber a priori que o oriente em relação ao encontro sexual, quanto ao que complementa os sexos.

Assim, é no momento em que o rapaz satisfaz os ideais de sua virilidade e a moça se instala na identificação, momento de assunção do desejo, que o encontro fracassa e o adolescente precisa encontrar a sua própria solução. Para Stevens (2004), a solução que o adolescente encontra, nesse momento, para lidar com esse impossível que é o surgimento de um real próprio da puberdade, é sempre sintomática.

Freud (1905/1972) destaca na sua obra o trabalho que o jovem deve fazer de separação de seus pais como um ponto crucial e necessário na adolescência.

Contemporaneamente à subjugação e ao repúdio dessas fantasias claramente incestuosas consuma-se uma das realizações psíquicas mais significativas, porém também mais dolorosas, do período da puberdade: o desligamento da autoridade dos pais, unicamente através do qual se cria a oposição, tão importante para o progresso da cultura, entre a nova e a velha geração”. (Freud, 1905/1972, p. 213)

Para Barros (1996), Freud parece se da conta de que é essa separação que permite ao adolescente lidar com os avatares da relação amorosa no ato sexual. Pois é a partir desse trabalho de separação que se realiza na adolescência, que ele pode despertar do sonho edipiano, ultrapassar a autoridade parental e inventar novas respostas.

Freda (1996) ressalta que o desligamento do pai não deve ser entendido como fazer sem o pai, uma vez que esse desligamento coloca em evidência a importância do pai, na medida em que não há desligamento sem o pai. O que pode esclarecer o comentário que Lacan faz em seu seminário sobre o *sinthoma*¹⁶, quando ele diz que a condição para que se possa prescindir do pai é servir-se dele, atribuindo, assim, ao pai um papel fundamental, como demonstra Zeitoune (2007) ao afirmar que:

¹⁶ O *sinthoma* é uma elaboração do último ensino de Lacan para referir-se ao modo como o sujeito fará uma amarração entre os três registros, qual seja, em forma de nó. O *sinthoma* vem ocupar o quarto lugar desse nó e permitirá dar um nome a sua letra de gozo no final da análise (Fangmam, 2010).

Seja como interditor do desejo do filho pela mãe e introdutor de uma lei, propiciando a sustentação de um desejo próprio do sujeito, seja como suporte das identificações resultantes das transformações dos investimentos amorosos ou mesmo como garantia de nomeação e referência de uma orientação sexual, o pai tem um papel de agente central nestas formulações sendo um elemento organizador da subjetividade. (Zeitoune, 2007, p. 2)

Por isso, para Lacadée (2011), o pai é na adolescência o ponto de onde parte o adolescente para construir as suas próprias soluções para as questões com as quais ele se depara nesse momento.

A identificação constituinte ocupa lugar essencial como o ponto de onde, que é tarefa de cada um construir para inventar sua própria solução, nele espera-se não o avaliador com grades e quadradinhos para preencher, e sim um ser responsável pela autenticidade de sua presença, um ser que sabe fazer com seu gozo e demonstra como conseguir haver-se com ele”. (Lacadée, 2011, p. 22)

Ora, se o pai tem uma importância crucial na adolescência, é preciso, então, localizar em cada caso clínico, como o pai se apresenta e faz a sua função. Pois é a partir dele, do que ele foi capaz de transmitir, que o adolescente vai se orientar no mundo para encontrar o que Lacadée (2011) identifica como o lugar e a fórmula, ou seja, a sua própria forma de se inserir no laço social e de se posicionar frente á partilha dos sexos. Mas, para isso, é necessário considerar ás contribuições que Lacan faz na sua obra acerca da função do pai.

i. O pai na perspectiva lacaniana

A representação do pai e a descrição da sua função vão sofrer modificações ao longo da obra de Lacan, talvez, em grande parte, em decorrência dos acontecimentos sociais e políticos em curso no mundo, ás vésperas da Segunda Guerra Mundial, que modificaram de forma significativa a representação que coletivamente se faz sobre o que é ser pai.

Se inicialmente, Lacan (1957/58/1999) parte na sua obra da análise do Complexo de Édipo freudiano, em termos de uma metáfora paterna¹⁷, para descrever a função paterna, com o tempo, ele passa a descrever o pai e sua função a partir de uma outra perspectiva, como uma presença real que causa impacto sobre o desejo da mãe enquanto mulher. Pois, como observa Zenoni (2007), a formalização do Complexo de Édipo, nos termos de uma metáfora paterna, não é a última palavra de Lacan sobre a questão, nem corresponde ao que é propriamente

¹⁷ No Seminário *As formações do inconsciente*, livro 5, Lacan descreve a metáfora paterna como uma operação que substitui a dimensão do desejo materno pela dimensão da lei paterna, de maneira a introduzir uma nova significação no mundo simbólico do sujeito.

lacaniano no tratamento da questão do pai. Lacan vai além da análise do pai no Complexo Edípico e parece dizer que é nessa perspectiva do pai como uma presença real, que se encontra o essencial da sua intervenção.

Por isso, nesse trabalho vamos partir da noção que Lacan desenvolve na sua obra do pai como uma *père-version*, até chegar à sua função de *sinthoma*, para demonstrar como ele realiza a sua função.

É no *Seminário RSI*, especialmente na lição de 21 de janeiro de 1975, que Lacan ([1974-75/1975]) analisa o pai e sua função como uma *père-version*. Mas, para isso, ele o apresenta de uma outra maneira. Nesse novo contexto, como demonstra Laia (2006), o pai não é mais fundado a partir da mãe, na medida em que ela o reconhece como portador de uma lei a qual ela se submete, mas a partir de uma mulher, particularizada pelo desejo de um pai como um homem. Trata-se, portanto, do pai desejante, sexuado, que escolhe uma mulher e que se faz ser amado e respeitado.

Um pai não tem direito ao respeito, e mesmo ao amor, a não ser se tal amor, se tal respeito for- vocês não vão acreditar no que vão escutar- pai versamente orientado¹⁸, isto é, se ele faz de uma mulher objeto a que causa seu desejo”. (Lacan, [1974-75/1975, p. 107])

Para Laia (2006), ao articular nesse seminário o pai como existente e a função paterna, localizando-o em uma versão sexuada e desejante, Lacan (1974-75/1975) nos ensina a reconhecer a função do pai como *père-version*, que nesse contexto, é explicitada como função de *sinthoma*, pois se trata do pai ligado a um parceiro, que faz de uma mulher a sua causa de desejo e que de alguma maneira se virou com o outro sexo.

Para Zenoni (2007), ao descrever o pai como *sinthoma*, Lacan acentua menos a noção de um pai que proíbe o desejo do filho, ou que o priva de sua mãe, em favor da noção de um pai que permite e dá condição do filho se posicionar como um ser desejante no mundo. Pois é o pai como um *sinthoma* que é capaz de orientar o filho sobre o modo como ele pode exercer a sua virilidade e tomar uma mulher como seu objeto a causa de desejo, na medida em que ele transmite algo do seu gozo particular com uma mulher.

Ao formalizar no final da sua obra a função do pai como um *sinthoma*, Lacan (1974-75/1975) faz uma leitura da função paterna para além do Édipo, atribuindo, assim, ao pai uma

¹⁸ Lacan utiliza a palavra perversão que, em francês, remete à ideia de “uma das versões do pai” para falar das diferentes versões do pai, apontando para o lugar da estrutura. Assim, a perversão é uma das versões do pai, tanto quanto a neurose e a psicose. (Chaves, 2004)

dupla função: ligar o desejo à lei e transmitir algo de particular ao filho, algo da sua maneira de enfrentar uma mulher. O que pode contribuir para a análise de casos de jovens como Pablo, que no momento da adolescência, se afastam do pai e buscam no tráfico de drogas uma solução.

3.1.4. O caso

Como vimos, a adolescência é o momento em que o jovem deve buscar no pai as orientações necessárias para solucionar as questões que se colocam para ele, como a definição da sua identidade sexual, para, então, dele se separar. Pois só assim, ele vai conseguir construir as suas próprias saídas para lidar com o real insuportável com o qual ele tem que se haver na adolescência.

É nesse momento que Pablo se distancia do pai e busca no tráfico uma solução, *“para não ser um mané como meu pai, fui ser um traficante, um traficante homem”*, deixando, assim, de fazer um uso da saída que o pai lhe apresenta pela via da religião. Embora Carlos seja um pastor respeitado na comunidade, que exerce uma influência sobre a vida de muitos moradores que frequentam a sua igreja, Pablo não o considera dessa maneira, descrevendo o pai como um *“mané, um coitado que vive para a igreja comandando um monte de idiotas”*.

Em 1938, em *Os Complexos Familiares*, Lacan (1938/2003d) chamou a atenção para as consequências do declínio da imago paterna e seus ideais. Ele começa a ver um fenômeno que só se acentuaria ao longo do tempo. O de que, em nossa sociedade moderna, é o campo do gozo, e não o ideal que orienta o sujeito. Pois estamos, como afirma Miller (2005), na época do Outro que não existe, no sentido de que não são mais os ideais transmitidos pelo pai e seus substitutos que orientam a vida do sujeito, mas os objetos ofertados pelo mercado de consumo que criam nele a ilusão de que são eles que solucionam a sua falta-a-ser. Trata-se, portanto, do que Miller (2005) formalizou com o matema da modernidade: $a > I$.

Assim, se no passado, era o pai como um agente repressor, que orientava o adolescente, na medida em que ele representava um ideal que preconizava a renúncia à satisfação pulsional como uma condição para o sujeito ser reconhecido como objeto de amor no interior da família e na sociedade a qual ele pertence. Na atualidade, é o pai como uma *père-version*, como

aquele que transmite algo do seu modo de gozo que pode orientá-lo, principalmente no que se refere à definição da sua identidade sexual, pois como afirma Safatle (2005):

Não estamos mais diante da velha situação psicanalítica descrita por Freud por meio da idéia de supereu- situação que articulava civilização e repressão ao insistir que não podemos gozar porque internalizamos proibições sociais e uma autoridade paterna que culpabilizava o prazer sexual. O que temos hoje é o exato oposto dessa situação. A injunção social diz hoje: ‘Goze de todas as maneiras!’. Goze sua sexualidade, realize seu eu, encontre sua identidade sexual, alcance o sucesso ou, mesmo, goze uma ascese espiritual”. (Safatle, 2005, pp. 119-120)

Ora, se na atualidade, em função do advento de uma sociedade não repressora, que tem o gozo como um imperativo, é o pai como uma *père-version* que pode orientar o filho sobre o que é ser um homem, criando, assim, as condições para que ele possa dispensá-lo, ao se apresentar como um pastor fiel aos preceitos religiosos, um homem de caráter inabalável, que no imaginário social não tem falhas, Carlos opera na vertente de um ideal, de um pai normativo. Ao fazê-lo, ele não deixa brechas para que o filho construa a partir do que ele lhe apresenta a sua própria saída, traçando, assim, o seu destino: ser como ele, um homem religioso. O que pode esclarecer a opção do adolescente pelo tráfico. Pois, este não encontra no pai uma orientação que o ajude a elaborar o mal-estar vivido no encontro com o outro sexo, decorrente da inexistência da relação sexual, construindo uma resposta para a questão que se coloca para ele nesse momento: o que é ser um homem?

Ao relacionar os atos infracionais praticados por adolescentes com a crise do pai, Zeitoune (2007) afirma que esta crise, decorrente da queda da autoridade paterna e do enfraquecimento do laço com o Outro, pode levar alguns adolescentes a eleger o ato infracional como um modo de resposta aos impasses do sujeito frente à castração. Uma vez que o adolescente deixa de responder ao impossível da relação sexual pela via sintomática ou dos sonhos, elegendo a ação como uma saída.

O adolescente comete um ato como uma forma de solucionar os impasses com os quais se vê confrontado nesse momento de sua vida, o real do gozo e da sexualidade, encenando em seus atos uma tentativa de encontrar uma saída, uma forma de se manter no laço social.” (Zeitoune, 2007, p.4)

Com Pablo, não foi diferente, ao completar doze anos, ele se afasta do pai e decide ser um traficante. Elegendo, nesse momento, o tráfico como uma saída para os impasses vividos, se recusando, assim, a cumprir o destino traçado, na sua infância, por sua família e pela comunidade da igreja, que esperavam que ele seguisse os mesmos passos do pai.

Solução que para Pablo se sustentou por alguns anos, pois no início, ele encontrou o que procurava no tráfico, dinheiro, respeito e o acesso fácil às mulheres e às drogas. Pablo foi acolhido pelo “chefe da boca” próxima a sua casa e passou a vender droga e a participar das festas que ele promovia. Momentos em que ele tinha a oportunidade de experimentar drogas, exibir o dinheiro ganho com a venda das drogas, a arma e as roupas de marca que tinha comprado, e a vivenciar as primeiras experiências sexuais com as meninas que frequentavam as festas. Eram nessas ocasiões, que ele sentia que tinha se tornado um homem, conquistado o brilho dos meninos do tráfico, que desde a época que saía em missão com seu pai, tanto o encantou.

Dessa forma, Pablo lança mão dos recursos fálicos ofertados pelo tráfico, fazendo um uso desses objetos, que, a princípio, se apresentam como uma solução. Pois, como afirma Lacadée (2011), os objetos de consumo, que Lacan denominou de objetos- mais- de gozo, ao desconsiderar que a falta a ser do sujeito é um fato de estrutura, criam naquele que o consome a ilusão de que consumindo vai tamponar o vazio, o buraco com o qual ele se depara no encontro com o outro sexo, solucionando, assim, a insegurança vivida no encontro amoroso. Assim, é no momento em que Pablo exhibe a arma, o dinheiro e as roupas de marca nas festas que frequenta que ele sente que é um homem.

Mas, trata-se de uma solução que não se sustenta, uma vez que o que estes objetos produzem é, na realidade, uma falta de gozo, confrontando o sujeito novamente com a sua falta, cada vez que ele os consome, levando-o a consumir mais. (Lacadée, 2011). O que pode esclarecer porque o tráfico foi, com o tempo, deixando de ser para Pablo uma solução: *“Você entra achando que vai brilhar, que o tráfico é só brilho, fama, dinheiro, mulherada, respeito, mas com o tempo, você se da conta de que quem brilha é o patrão, é ele que fica com a grana da venda das drogas, com a fama e o respeito, porque nós, os soldados, ficamos é na mira da polícia, trabalhando dia e noite, vendendo droga pros boys e pros noiados da comunidade. E sabe o que a gente ganha? Chumbo grosso, é bala pra todo lado, da rua de cima, porque os caras querem pegar a gente, querem o nosso ponto, da polícia, que não vê a hora de colocar a mão na gente, para cobrar propina, para da uma surra ou para levar pro juiz. Nem da tempo de gastar o dinheiro que a gente ganha. Gastar como? A gente não pode colocar a cara na rua de baixo que lá vem chumbo. Então, só da pra curtir de vez em quando as festas que o patrão promove. Quer saber, o crime é uma ilusão e o pior é que é um caminho sem volta.”*

Assim, o que a princípio parecia ser para Pablo uma solução rápida e eficaz para as questões com as quais ele se depara na adolescência, com o passar do tempo, se revelou como uma ilusão, um caminho sem volta, o que não foi sem consequência para a subjetividade desse jovem.

3.1.5. A indiferença

Nos atendimentos realizados com Pablo durante o cumprimento da medida foi possível observar que ao contrário do que se pode esperar de um adolescente, que afirma que a vida no tráfico não passa de uma ilusão, Pablo manteve a sua ligação com o tráfico, mas a sua relação com os meninos do tráfico já não era a mesma. Pablo passava os seus dias *“trabalhando no automático”*, com a sensação de que cumpria uma função que não tinha mais sentido para ele: *“Sei lá, é estranho, antes eu ficava na maior empolgação, queria ficar no meio da galera, vendendo droga, e queria vender muito, apostava até com os caras, quem ia vender mais, adorava esse trabalho. Mas agora, agora eu fico lá, na boca, vendo o movimento e quando alguém fala comigo, eu respondo, se quer a droga, eu vendo, mas não falo com ninguém, fico em silêncio, eu vou no automático. Os caras até perguntaram se eu tô doente, sugeriram até de eu procurar um médico. Mas procurar um médico, para que? Não vai adiantar, sei lá, a vida não tem mais graça. O jeito é ficar ali, esperando o destino decidir por mim.”*

Apesar de Pablo permanecer no tráfico, não havia mais um investimento subjetivo da sua parte na venda das drogas e no laço libidinal estabelecido com os meninos do tráfico. Pablo se tornou indiferente à sua realidade e ao próprio destino, que ele aguardava passivamente, convicto de que nada poderia mudá-lo.

No primeiro capítulo desse trabalho, vimos que a indiferença é uma reação afetiva do sujeito frente a uma determinada situação que o leva a retirar a libido dos objetos do mundo externo, retendo-a no seu próprio ego, como uma forma de se proteger do sofrimento ou mal-estar que essa situação provoca. No caso desse adolescente, a indiferença pode ser interpretada como uma resposta frente ao sofrimento causado pela desilusão com a vida no crime, uma vez que o tráfico deixou de ser para Pablo uma solução eficaz para as questões com as quais ele se deparou na puberdade.

Essa indiferença também era manifestada na relação que Pablo estabeleceu com a técnica responsável por acompanhá-lo no cumprimento da medida, que para ele, era alguém que não poderia “salvá-lo”, já que a vida no crime é um caminho sem volta. O que, a princípio, inviabilizava o trabalho a ser realizado, na medida em que por acreditar que a técnica não poderia fazer algo por ele, Pablo não estabeleceu com ela uma relação transferencial, tão necessária para que um trabalho aconteça. Pois, como foi discutido no segundo capítulo, a transferência que surge da suposição de saber no Outro, é um elemento fundamental para que o trabalho proposto na medida, que visa, sobretudo, a responsabilização subjetiva, seja realizado.

Apesar de Green (1988) afirmar que para Freud uma vez que a libido tenha se desligado dos objetos externos e se refugiado no eu do sujeito, uma relação transferencial não pode ser estabelecida, foi a transferência que se estabeleceu entre o adolescente e a técnica que possibilitou que um trabalho fosse realizado.

Se a princípio Pablo, em função da convicção de que a técnica não poderia ajudá-lo, se recusava a falar, a dar tratamento às questões relevantes que poderiam esclarecer o que motivou a sua entrada no tráfico de drogas. Foi a partir de uma pergunta que a técnica fez, surpreendendo-o, que a transferência se estabeleceu viabilizando um trabalho: *“Você diz que precisa ser salvo, mas salvo do que”?*

Pois é nesse momento que Pablo começa a contar a sua história e a construir o seu romance familiar, falando das dificuldades vivenciadas em relação ao pai, que por ser um homem da igreja, sempre foi muito rígido e correto com tudo, exigindo que ele agisse da mesma maneira, principalmente no que se refere aos preceitos religiosos, esperando, assim, que ele seguisse os seus passos. Destino que o assustava, não só por não se identificar com a questão religiosa, mas também por ter que seguir os passos de um homem que para a sociedade era sem falhas.

Embora Pablo criticasse e ridicularizasse o pai por ele viver em função da igreja, quando se referia a ele, falava do pai como uma potência, alguém que tinha o poder de *“salvar vidas”*, como a dos meninos do tráfico. O que ele pôde desconstruir ao longo da medida.

Ao se referir ao pai dessa maneira, a técnica pôde intervir mostrando para Pablo um furo do pai, que apesar de tão potente, não foi capaz de “salvar” seu próprio filho do tráfico, restituindo, nesse momento, o pai pela via da castração. O que não foi sem efeito, pois é a partir dessa intervenção que Pablo finalmente elege o local para prestar o serviço, uma instituição da sua comunidade intitulada Criança Esperança.

A Criança Esperança é uma instituição que acolhe crianças e jovens em oficinas voltadas para atividades artísticas e de esportes, com o intuito de trabalhar com esse público, para não só impedir a sua entrada na criminalidade, realizando, assim, uma ação preventiva, mas também para “salvar” aqueles jovens que já enveredaram por esse caminho. Pablo retoma com essa escolha o caminho interrompido aos doze anos, quando se afasta do pai para ser um “*traficante homem*”, rompendo, assim, com o destino que já estava traçado para ele.

Para Santiago (2006), é somente quando a posição do pai inscreve-se para o sujeito nos moldes de um sintoma que se criam as condições para ir além dele. É quando se pode cifrar o gozo do pai como sintoma que se tem uma chance de dispensá-lo por meio de um uso possível.

Dessa forma, podemos afirmar que é na medida em que Pablo pôde inscrever uma falta no pai, que este se transformou em um sintoma. O que possibilitou que ele iniciasse o caminho de volta para casa, podendo, finalmente, se servir do pai para construir uma saída diferente da criminalidade para as questões com as quais ele se deparou no encontro com o real da puberdade.

Trata-se, portanto, de um caso bem sucedido, no qual foi possível realizar um trabalho com o adolescente, apesar da indiferença manifesta na relação com a técnica que o acompanhou no cumprimento da medida, que se apresentou no início como um obstáculo para o trabalho a ser realizado. Pois Pablo pôde construir, a partir da medida, uma saída diferente da criminalidade para as questões que o levaram a se envolver com o tráfico de drogas. O que no caso de Wesley, que será relatado em seguida, não foi possível.

3.2. Caso Wesley

Wesley é um jovem de 17 anos que foi encaminhado pelo Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente (CIA), para cumprir a medida socioeducativa de Liberdade Assistida, em função do seu envolvimento com o tráfico de drogas.

Filho de mãe solteira, o adolescente residia com sua mãe, Carla, e cinco irmãos na casa da avó materna. Convivia apenas com a família da mãe, pois não sabia quem era seu pai, no seu registro de nascimento constava apenas o nome da mãe, que nunca se casou com nenhum dos homens com quem se envolveu e teve filhos. Trata-se, portanto, de uma família predominantemente matriarcal, que tem a avó e a mãe como figuras centrais.

Quando questionada sobre o paradeiro do pai do adolescente, Carla se limitou a dizer que na época que engravidou, estava se relacionando com dois homens, por isso, não teve condições de saber quem era o pai do adolescente. “Preferi não me expor, seria uma vergonha ter que assumir que estava me relacionando com dois homens ao mesmo tempo, já chega á vergonha de ser mãe solteira de cinco, pelo menos os outros tem pai, e pai no registro. Com Wesley não teve como, registrei apenas no meu nome e nunca mais toquei no assunto, nem com ele, nem com ninguém”.

3.2.1. A família

Em *Nota sobre a criança*, Lacan (2003b) discute o papel da família em uma época em que o pai como uma figura de autoridade encontrava-se em franco declínio, procurando, assim, mostrar qual a consequência do declínio do Nome-do-pai para a constituição subjetiva. Lacan (2003b) atribui, então, a família a responsabilidade de transmitir um desejo que não seja anônimo, descrevendo o papel da mãe e do pai da seguinte forma:

É por tal necessidade que se julgam as funções da mãe e do pai. Da mãe, na medida em que seus cuidados trazem a marca de um interesse particularizado, nem que seja por intermédio das suas próprias faltas. Do pai, na medida em que seu nome é o vetor de uma encarnação da lei no desejo. (Lacan, 1969, p. 369).

Ao fazê-lo, Lacan (2003b) destaca a função do pai descrevendo-o como aquele que vai mediar á relação da mãe com o filho, intervindo na forma como o desejo de mãe se manifesta,

colocando, assim, um limite e, ao mesmo tempo, inaugurando a condição para que o campo desejante do sujeito se instale, como vimos. Esse limite pode ser colocado de diversas maneiras, uma delas é através do seu nome. É, por isso, que para Lacan (2003b) o Nome-do-pai é o vetor de uma encarnação da lei no desejo. Mas, só ele não basta, é preciso que alguém esteja ali para fazer essa função, e esse alguém não necessariamente precisa ser o pai, nem ser de carne e osso, basta apenas que ele exista no discurso da mãe, que pode apresentá-lo ao filho, na medida em que ela consente com a sua entrada na relação que ela estabeleceu com ele.

Por outro lado, também como já foi discutido, quando um homem encarna o desejo por uma mulher e a toma como o que o causa, opera a partir da castração. Ao tomar uma mulher como o que causa o seu desejo, um homem testemunha que a ele também falta algo, ponto de onde deseja. Portanto, além do pai que interdita o gozo da mãe sobre o filho, Lacan ([1974]1975) também fala do homem que deseja uma mulher, para pensar a função paterna. Neste caso, a dupla função do pai, pelo ideal (a ser desconstruído) e pelo gozo (como ponto de limite e orientação para o desejo), parece não se apresentar, dificultando ainda mais a travessia adolescente de Wesley.

Assim, quando Carla não se pronuncia em relação à paternidade do filho, preferindo não saber quem era seu pai, passando, então, a ignorar esse assunto, ela parece não introduzir um terceiro na relação com o filho que possa intervir no modo como ela encarna o desejo de mãe para o filho, o que representa para ele um risco, como demonstra Lacan (2003b) ao afirmar que:

A distância entre a identificação com o ideal do eu e o papel assumido pelo desejo da mãe, quando não tem mediação (aquela que é normalmente assegurada pela função do pai), deixa a criança exposta a todas as capturas fantasísticas. Ela se torna o “objeto” da mãe e não mais tem outra função senão a de revelar a verdade desse objeto. A criança realiza a presença do que Jacques Lacan designa como objeto a na fantasia (Lacan, 1969, p. 373)

Trabalharemos, então, com a hipótese de que diante da ausência do pai, Wesley fica aprisionado no domínio materno, em uma posição objetalizada, pois como afirma Miller (1998), quando a mãe não está privada do objeto de seu desejo, quando ela parece tê-lo sem precisar se dirigir ao homem, ou seja, quando seu desejo não está dividido, a criança pode ficar presa no desejo de “ser” este objeto do desejo, no lugar de uma preferência-identificação por aquele que tem, na condição de ideal do eu. O que, nesse caso, pode esclarecer porque

Wesley era vítima constante dos meninos da comunidade onde residia com sua família, que costumavam surrá-lo sem uma justificativa.

Ao se colocar nessa posição de objeto da mãe, Wesley passa a disponibilizar o corpo para ser surrado, revelando, assim, o lugar que ele ocupa no desejo materno, de objeto dejeito, a ser descartado. Uma vez que não há da parte de Carla um investimento libidinal nesse filho, que representa a sua vergonha. Ao fazê-lo, Wesley parece realizar o que Lacan designa como objeto a na fantasia materna.

3.2.2. O tráfico

Quando estava com quatorze anos, Wesley decidiu se envolver com os traficantes da sua comunidade, procura o patrão da “boca” próxima a sua residência e pede para fazer parte do movimento. Essa decisão foi motivada pela crença de que os traficantes poderiam garantir a sua segurança. *“Se eu colasse nos caras, ninguém ia me bater mais, os meninos têm medo dos caras, duvido que alguém mais ia ter coragem de me bater. Estava cansado de apanhar na escola, na rua, os caras cismavam comigo, não sei por que isso acontecia”*.

Embora Wesley afirme que se envolveu com os traficantes para se defender dessa situação, acreditando que a sua proteção garantiria que ele não seria mais vítima dessas agressões, para Laia (2010) a entrada de alguns jovens na criminalidade pode representar a tentativa de se separar do domínio materno, no qual eles se aprisionam, para se defender do que lhes apresenta como ódio puro.

Nessa escolha forçada entre o “domínio materno” e “ódio puro”, arma-se a operação de alienação onde muitos jovens infratores gravemente envolvidos com a violência urbana tentam subjetivar-se. Trata-se de uma alienação porque essas duas alternativas são de fato as duas faces de uma só moeda: o pagamento da dívida à mãe não se faz muitas vezes sem a morte do filho e essa morte, segundo Lacan já nos ensinava em 1938, é o retorno à “imago materna” corporificada, por exemplo, na terra que “acolhe” os mortos⁹ - nesse retorno, nota-se o quanto o “amor materno” não se encontra sempre tão longe do que se impõe como “puro ódio”. (Laia, 2010, p. 225)

Dessa forma, podemos interpretar a entrada de Wesley na criminalidade como uma tentativa, ainda que selvagem, de se separar da mãe, do lugar de objeto dejeito em que ele se encontrava aprisionado a fantasia materna. Ao fazê-lo, ele recorre a um modo paradoxal de se fazer sujeito impondo-se por meio de atos violentos.

Tentativa malograda de se separar do domínio materno. Ao entrar no tráfico, ele passa a ser dominado pelos traficantes, assujeitando-se a uma lei de ferro, não dialetizável, que ele cumpre sem contestar, colocando o seu corpo á prova, sua vida e liberdade em risco, cometendo atos cada vez mais violentos. Parece que Wesley, na tentativa de se separar do Outro, acaba por repetir exatamente a mesma situação de objeto dejeito de seu capricho.

Para Guerra et al (2010), longe de protegerem o adolescente, as regras rígidas desses coletivos parecem repetir a mesma estrutura da lei despótica e universal, outrora encarnada pelo pai totêmico, que retira a condição para o ser desejante ao se apresentar todo gozo. Assim, ao fazer um apelo a uma lei supostamente protetora, mediadora, que o resguardaria dos caprichos do outro, Wesley se coloca novamente na mesma posição de antes, de objeto a mercê do gozo obscuro do Outro. Uma vez que o seu envolvimento com a venda de drogas resultou em diversas apreensões, ocasiões em que ele costumava ser espancado pela polícia, e o colocou em risco, em função das guerras territoriais entre traficantes e dos conflitos com a polícia, limitando também a sua liberdade de circular pela comunidade. O que pode esclarecer porque o tráfico deixou de ser, com o tempo, uma solução para esse adolescente. Essa entrada no tráfico parece ter se inscrito no circuito da repetição pulsional, reeditando, e não tratando, seu sofrimento e mal-estar.

Nos atendimentos realizados durante o cumprimento da medida, quando convidado a falar da sua trajetória na criminalidade, Wesley comenta que o crime não passa de uma ilusão, já que os traficantes não foram capazes de garantir a sua segurança. O que não foi suficiente para que ele interrompesse a sua trajetória infracional.

Contrariando o que se pode esperar de um adolescente que afirma que o crime não passa de uma ilusão e que sofre várias apreensões, tornando-se alvo de ameaças tanto da parte da polícia, quanto de traficantes rivais, Wesley não interrompeu sua trajetória infracional. Continuou não só vendendo droga, mas também praticando atos cada vez mais violentos que o colocavam em risco, ao participar das guerras que aconteciam na comunidade, “*na linha de frente*”, como ele dizia.

Descumpriu também a medida socioeducativa de Liberdade Assistida, ignorando a advertência do juiz que o alertou do risco que estava correndo de receber uma medida de

internação, caso a descumprisse novamente. Comparecendo, por isso, à apenas cinco atendimentos nos seis meses em que ficou vinculado à medida, e por insistência de sua mãe.

Temendo ser repreendida pelo juiz e responsabilizada pelo envolvimento do filho com a criminalidade, que ainda não havia atingido a maioridade, Carla insistia para que o adolescente cumprisse a medida. Mas, Wesley era indiferente às consequências que poderiam advir da decisão de permanecer no tráfico, ignorando, por isso, os apelos da mãe.

3.2.3. A indiferença

Como foi discutido anteriormente, a indiferença, que é acarretada pelo represamento da libido no ego do sujeito, que nessa situação tende a ignorar a realidade à sua volta, surge como consequência da desilusão com o outro do tráfico e conseqüentemente com a vida no crime. Essa desilusão causa sofrimento aos adolescentes, na medida em que eles percebem que o tráfico não foi capaz de corresponder às suas expectativas e de solucionar as questões que o levaram a buscar no crime uma saída.

Com Wesley não foi diferente, no momento em que ele percebe que o tráfico não só não foi capaz de garantir a sua segurança, como também o expôs a situações em que ele é novamente agredido, ele retira a libido investida no laço com o outro do tráfico, representado pelo patrão e pelos meninos do tráfico, e passa a ignorar a realidade à sua volta. Tratando, por isso, com naturalidade a consequência que poderia advir do seu envolvimento com a criminalidade, a morte, se colocando cada vez mais em risco, convicto de que seu destino já estava traçado e que não lhe restava outra saída, a não ser morrer no crime.

Essa indiferença também era manifestada na relação que Wesley estabeleceu com a técnica responsável por acompanhá-lo durante o cumprimento da medida. Pois a técnica era para ele alguém que não poderia ajudá-lo, já que seu destino já estava traçado, morrer no crime. O que impossibilitou que a transferência se estabelecesse, dificultando o trabalho a ser realizado, na medida em que Wesley não se dispunha a falar de si, permanecendo em silêncio nos atendimentos, se restringindo a responder o que a técnica perguntava, ignorando as intervenções que ela fazia tentando mostrar-lhe que era possível mudar esse destino.

Quando questionado nos atendimentos sobre o que o levava a continuar infracionando e colocando a sua vida em risco, Wesley não encontrava palavras para justificar seus atos. Limitava-se a repetir insistentemente que embora reconhecesse que o tráfico não foi capaz de protegê-lo como ele esperava, não acreditava que poderia mudar seu destino, que para ele já estava traçado, morrer no crime.

Para Laia (2010), é porque o jovem se encontra em uma posição de objeto, fixado como instrumento de um gozo que lhe toma obscuramente seu corpo, que ele não encontra palavras para dar um sentido para os atos infracionais praticados por ele, que nessa circunstância, se articula a algo enigmático.

No caso de Wesley, me arrisco a dizer que o que se apresenta como enigmático para ele é o gozo mortífero de sua mãe, que ao colaborar com o imaginário do crime, sela o seu destino, afirmando que ele vai morrer. Deixando, assim, de oferecer ao filho outra saída que não seja pagar com a própria vida a dívida que lhe é devida, eliminar a vergonha da mãe.

O que pode esclarecer o final trágico desse adolescente, que aos 17 anos, faltando apenas algumas semanas para completar dezoito anos, quando finalmente atingiria a maioridade, que para muitos jovens representa um divisor de águas, morre em um violento confronto com a polícia, cumprindo, assim, o seu destino. Silenciar para sempre o objeto de vergonha da mãe.

3.3. Considerações finais

Inicialmente, gostaria de justificar a escolha desses casos para elucidar o tema da pesquisa. Durante os nove anos em que trabalhei acompanhado adolescentes autores de ato infracional no cumprimento das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade me deparei com alguns casos de adolescentes que manifestavam a indiferença na relação estabelecida com o técnico responsável pelo seu acompanhamento na medida. O que a princípio impossibilitava a realização do trabalho proposto, uma vez que nessa situação o adolescente não estabelecia com o técnico a transferência.

Dos casos que acompanhei dois em especial chamaram minha atenção, pois o primeiro se trata de um caso bem sucedido, no qual foi possível realizar um trabalho com o jovem e colher os efeitos da medida na sua subjetividade e que, por isso, pode esclarecer como é

possível operar nesses casos, e o outro que não teve o mesmo desfecho. O que suscitou as seguintes questões: Por que Wesley que morreu em decorrência do crime teve um final tão diferente de Pablo? Por que não foi possível intervir nesse caso?

Para responder essas questões, é necessário retomar alguns pontos do caso que esclarecem o que motivou a entrada desses jovens no tráfico. Como foi discutido no primeiro capítulo, nossa hipótese é a de que a indiferença surge em decorrência da desilusão com o outro do tráfico, ou seja, da percepção de que o patrão e os colegas do tráfico não foram capazes de solucionar as questões que motivaram a entrada desses adolescentes na criminalidade. Uma vez que tanto Pablo, quanto Wesley acreditava que entrando para o tráfico de drogas as dificuldades vivenciadas por eles no cotidiano seriam solucionadas.

No caso de Wesley, o sofrimento ocasionado pelas constantes surras de que era vítima na comunidade, que o levaram a buscar a proteção dos traficantes. E de Pablo, a dificuldade vivenciada na relação com o pai, que ao encarnar o pastor religioso, o homem de caráter inabalável que no imaginário social não tinha falhas, opera na vertente de um ideal, deixando, assim, de transmitir algo para o adolescente que o ajude a construir uma resposta para a questão que se coloca para ele no encontro com o real da puberdade: O que é ser um homem?

Se no início o tráfico de drogas parecia ser a solução, na medida em que os traficantes poderiam solucionar essas questões, garantindo para Wesley a sua segurança e para Pablo o acesso fácil ao dinheiro, às drogas, armas e mulheres, com o tempo, ele deixou de ser. Os adolescentes perceberam que a vida no tráfico não passava de uma ilusão, uma vez que os traficantes não só não foram capazes de solucionar as questões que os levaram a buscar no crime uma saída, como também retiraram a sua condição de sujeito, ao se submeterem a uma lei de ferro, não dialetizável, impondo um novo estilo de vida, que eles se submetiam, sem questionar. Pois como foi trabalhado no primeiro capítulo, a identificação do adolescente com aquele que ocupa o lugar do patrão e que exerce, por isso, um fascínio sobre ele, e com os meninos do tráfico, fazendo-se semelhantes entre si, o leva a se submeter às regras e condições colocadas pelo grupo que garantem a sua permanência no tráfico, ainda que essas regras coloquem a sua vida e liberdade em risco.

A indiferença surge, então, no caso desses adolescentes, como uma resposta afetiva ao sofrimento desencadeado pela desilusão com o outro do tráfico e conseqüentemente com a

vida no crime. É importante ressaltar que cada adolescente vai se desiludir com o outro do tráfico a sua maneira. Pois a forma como o outro é introduzido na vida desses jovens está relacionada com o Outro primordial¹⁹. Por isso, tanto no caso de Pablo, quanto no caso de Wesley, o outro do tráfico se revelou como semelhante aquele que os levou a buscar no crime uma saída.

No caso de Pablo, um outro consistente demais, que não deixa brechas para que ele faça às suas próprias escolhas, ao traçar o seu destino: ser um pastor. E de Wesley, um outro que só quer agredi-lo. O que pode esclarecer porque Wesley, ao se desiludir com a vida do crime, passa a descrever o traficante como alguém que não foi capaz de zelar por sua segurança, expondo-o novamente a violência do outro, e Pablo, como alguém que impõe para ele um estilo de vida que não lhe permite fazer as suas próprias escolhas.

Essa indiferença poderia favorecer o trabalho a ser realizado com o adolescente na medida, uma vez que a desilusão com o outro do tráfico abre a possibilidade do jovem se enlaçar com outras pessoas e lugares. No entanto, trabalhando com esses jovens indiferentes observei que a indiferença, manifestada pelo adolescente no encontro com o técnico responsável pelo seu acompanhamento na medida, impossibilita, a princípio, que o trabalho aconteça, em função da dificuldade que ele apresenta em estabelecer uma relação transferencial com o técnico.

Ora, se a indiferença é ocasionada pela desilusão com o outro do tráfico, é necessário, então, que o técnico se apresente na medida de outra maneira, para que a transferência se estabeleça e um trabalho seja possível. Mas, para isso, é preciso que ele identifique em cada caso quem é o outro para o adolescente, para que, assim, ele possa introduzir um outro diverso do Outro que o adolescente encontrou na sua própria história. Realizando, então, o que Recalcati (2004) descreve no seu texto da seguinte forma.

Trata-se de preparar as condições que tornem eficaz uma interpretação: é necessário operar preliminarmente uma retificação do Outro em vez do sujeito. O que significa retificar o Outro? Significa encarnar, como analista, um Outro diverso daquele real que o sujeito encontrou em sua história e que se apresenta como um Outro incapaz de operar com a própria falta. Trata-se, antes de tudo, de dizer “sim” ao sujeito, portanto, de encarnar um Outro que saiba não excluir, não anular, não refutar, não silenciar, não preencher, não sufocar, não atormentar. Esta nova configuração do Outro

¹⁹ Lacan faz uma diferenciação na sua obra entre o grande Outro e o pequeno outro que ele define como semelhante, aquele com o qual o eu se identifica e, ao mesmo tempo, rivaliza em busca de reconhecimento e prestígio. Já o Outro para Lacan é um lugar psíquico no qual se encontram os significantes que definem e representam o sujeito para um outro significante. Nesse sentido, como discurso do inconsciente, ele é o lugar onde se coloca para o sujeito a questão da sua existência, de seu sexo e da sua história (Miller, 2012).

consente numa nova implicação do sujeito num novo laço possível com o Outro. Neste sentido, pode-se afirmar que a retificação do Outro tem a finalidade de implicar o sujeito num laço ou numa transferência com o Outro. (Recalcati, 2004, p.11-12)

A retificação do Outro é, portanto, uma manobra essencial nos casos em que o adolescente manifesta a indiferença na relação com o técnico. Trata-se de um movimento que antecipa e pode tornar possível o desenvolvimento da transferência sobre o eixo simbólico. Assim, quando a técnica pergunta para Pablo do que ele precisa ser salvo, ela introduz, nesse momento, um outro diverso do outro que ele encontrou na sua própria história. Pois, ao contrário do seu pai, que traçou seu destino, quando ele ainda era uma criança, e do traficante que ao submetê-lo a uma lei de ferro, não lhe da condição de escolher, a técnica não se colocou nesse lugar, ela abriu com essa pergunta a possibilidade de Pablo construir as suas próprias saídas para as questões que o angustiavam naquele momento. Ao fazê-lo, ela deixou de ocupar para o adolescente o lugar do outro que decide por ele e impõe a sua vontade, traçando, assim, o seu destino a sua revelia.

O que possibilitou que a transferência se estabelecesse e que um trabalho efetivo fosse realizado com ele na medida. Uma vez que é a partir dessa pergunta que Pablo começa a construir o seu romance familiar, localizando na sua história um sentido para o seu ato, se posicionando como sujeito frente às possibilidades que lhe são apresentadas na medida, ao eleger um local e uma atividade para cumpri-la.

O que no caso de Wesley não foi possível. Durante o cumprimento da medida, Wesley compareceu a poucos atendimentos, nos quais ele permanecia em silêncio, se restringindo a responder ao que a técnica perguntava, ignorando as suas intervenções, que pareciam não tocá-lo. O que revela que no caso desse adolescente não houve um tratamento preliminar do Outro, uma vez que a transferência com a técnica não se estabeleceu, inviabilizando, assim, o trabalho a ser realizado com ele na medida. O que suscitou a seguinte pergunta: Por que no caso de Wesley não foi possível retificar o Outro?

Para responder essa questão, é importante considerar que o Outro para Wesley é um Outro que quer agredi-lo. O que pode esclarecer porque Wesley não estabeleceu com a técnica uma relação transferencial, que para ele era alguém que não poderia ajudá-lo, já que seu destino já estava traçado: morrer no crime, vítima da violência desse outro que em todo momento o atacava. Destino imposto pela criminalidade que Wesley acatava ao se colocar na posição de

ser agredido pelo outro, atuando na “linha de frente” nos confrontos que aconteciam na sua comunidade entre traficantes rivais e com a polícia.

Impressiona nesse caso como a mãe do adolescente também determina esse destino repetindo insistentemente nos atendimentos realizados durante o cumprimento da medida, sem vacilar: “Ele vai morrer”, encarnando, assim, para o adolescente esse Outro. Ao fazê-lo, Carla revela o lugar do adolescente na sua fantasia: eliminar com a sua própria vida a sua vergonha. Trata-se, portanto, de uma mãe que fica em uma posição de impotência diante da sua função, que para Lacan (2003) consiste em transmitir através de seus cuidados a marca de um desejo particularizado, expondo, assim, o adolescente ao que Laia (2010) faz referência no seu texto como ódio puro, uma vez que não há da sua parte um investimento libidinal no filho. Como, então, retificar o Outro para um adolescente que não tem um lugar no desejo de sua mãe? Que não é objeto do seu investimento libidinal, uma vez que ao representar a sua vergonha, Carla não conseguiu estabelecer com ele uma relação de amor?

Diferente de Pablo que tinha um lugar no desejo dos pais e que, por isso, pôde fazer o caminho de volta para casa, para perto da família que aguardava o seu retorno e que nunca desistiu dele, Wesley não tinha para onde voltar. Será esse o limite desses casos? A falta de um lugar no desejo do Outro?

CONCLUSÃO

Como foi apresentado na introdução dessa dissertação, o tema dessa pesquisa surgiu do trabalho realizado durante nove anos com os adolescentes em conflito com a lei que cumpriram as medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, no Serviço de Execução das medidas socioeducativas em meio aberto, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Ao longo desses anos, deparei-me com jovens que manifestavam a indiferença na relação estabelecida com o técnico de referência na medida, o que a princípio impossibilitava o trabalho a ser realizado.

Como a indiferença não é um conceito psicanalítico, mas um termo que colhi do trabalho realizado com esses jovens que transmite a dificuldade vivenciada com os mesmos na medida foi preciso definir, inicialmente, a indiferença na perspectiva da psicanálise. Para isso, recorri, no primeiro capítulo, às considerações que Freud fez na sua obra sobre o conceito de pulsão, pois como vimos Freud (1915/1974) definiu a indiferença como um afeto contrário ao amor e ódio.

Ao realizar esse estudo, verifiquei que, para Freud (1915/1974), as pulsões são estímulos internos constantes que levam o indivíduo a interagir com o mundo externo e a estabelecer com as pessoas e objetos que dele fazem parte uma relação de amor, ódio ou indiferença, dependendo da forma como esses objetos e pessoas interagem com ele.

Amor, ódio e indiferença são, portanto, reações afetivas comuns que o indivíduo pode ter diante dos objetos e pessoas que fazem parte do seu universo. Sendo o amor fruto da ação da pulsão de vida no mundo e o ódio da pulsão de morte, que se manifesta através dos atos de agressividade que ele pode praticar contra aqueles que, por alguma razão, o ameaçam com a sua presença. Mas como as pulsões podem sofrer modificações ao longo da vida do indivíduo, em função da realidade que exige que ele renuncie, em determinadas situações, à sua satisfação ou modifique a sua finalidade e conteúdo, o amor pode se transformar em ódio, o ódio em amor, ou ambos no seu oposto, a indiferença. A indiferença é um afeto contrário ao amor e ódio que surge, então, da reversão do conteúdo da pulsão ao seu oposto.

Pesquisando os autores contemporâneos que se debruçam sobre o tema da indiferença, vimos que ela é uma reação afetiva comum na época atual desencadeada por uma situação ou acontecimento que causa sofrimento ou mal-estar ao indivíduo, que nessa circunstância, tende a retirar a libido investida nos objetos e pessoas do mundo externo, retendo-a no seu Ego. Retornando, assim, a um estado há muito tempo perdido, que Freud (1915/1974) denominou de narcísico.

Ao constatar que a indiferença surge em decorrência de uma situação de sofrimento ou mal-estar, que leva o indivíduo a retirar a libido investida nos objetos externos e retorná-la para o seu Ego, decidi reler as anotações dos fragmentos dos casos que escolhi para elucidar o tema dessa dissertação. Essa decisão foi mobilizada pelo desejo de identificar nos casos o que poderia ter desencadeado essa reação afetiva nos adolescentes.

Os casos que escolhi traziam, em comum, a situação da indiferença no atendimento durante o cumprimento da medida socioeducativa e, se opunham, na medida em que, no primeiro, foi possível tratar transferencialmente a indiferença e, no outro, não. Ao escolher esses dois casos, verifiquei que tanto para Pablo quanto para Wesley a indiferença surge em decorrência da desilusão com o outro do tráfico, ou seja, com o patrão e os meninos do tráfico que, a princípio, poderiam solucionar as dificuldades vivenciadas por eles no cotidiano, mas que com o tempo, demonstrou ser incapaz de fazê-lo. O que gerou neles um sofrimento. Uma vez que ao constatar que o crime não passa de uma ilusão, os adolescentes se veem novamente na mesma situação que os levou a buscar no tráfico uma saída.

Embora a indiferença possa favorecer o enlaçamento do jovem com outros lugares e pessoas, já que ela acarreta o retorno da libido investida no laço com o outro do tráfico e com a própria atividade de venda das drogas para o Ego, podendo ser reinvestida depois em outros objetos, relendo esses casos observei que, ao contrário do que se pode esperar de um jovem que se desiludi com a vida no crime, os adolescentes permanecem no tráfico de drogas. No entanto, a sua relação com os traficantes não é a mesma, pois tanto Pablo quanto Wesley deixaram de acreditar que eles vão ser capazes de solucionar as questões que os levaram a se envolver com a criminalidade. O que acarretou neles uma descrença em relação ao futuro, ficando esses adolescentes a mercê do destino imposto pela identificação ao discurso do crime: a cadeia, cadeira de rodas ou o cemitério, uma vez que eles não acreditam que vão ser capazes de encontrar outra saída, pois o crime é para eles um caminho sem volta.

Nesse sentido, a medida poderia apresentar, a partir das oportunidades ofertadas, um destino diferente do que foi apontado pelo crime. Entretanto, essa indiferença manifesta, sobretudo, na relação do adolescente com o técnico de referência na medida se apresenta como um obstáculo para o trabalho a ser realizado. Pois, como foi discutido no segundo capítulo, a indiferença impossibilita o estabelecimento de uma relação transferencial com o técnico, uma vez que nessa situação, ele é para o adolescente alguém que não tem nada para lhe oferecer, nem é capaz de fazer algo por ele. O que, a princípio, dificulta o trabalho a ser realizado que depende do estabelecimento de uma relação transferencial entre o técnico e o adolescente.

Embora a finalidade da medida socioeducativa não seja o tratamento analítico do jovem, mas a sua responsabilização pelo ato infracional praticado, a transferência é imprescindível para que o trabalho aconteça. Uma vez que, para além de um cumprimento formal do que foi determinado pelo juiz em audiência, espera-se que a medida tenha uma incidência sobre a subjetividade do jovem, ou seja, que ele se responsabilize subjetivamente pelo ato infracional praticado.

Para Salum (2012), para que a responsabilização aconteça no âmbito subjetivo, é preciso que o trabalho se oriente no sentido de dar voz ao adolescente para que ele fale de si, do seu ato e do seu sofrimento, localizando as questões que o levaram a buscar no ato infracional uma saída. Pois só, assim, ele vai conseguir se posicionar como sujeito diante das possibilidades que lhe são apresentadas na medida.

É necessário, então, retificar, em um primeiro momento, a posição do jovem em relação ao ato infracional cometido. Pois “ao encontrar um adolescente e seu ato, não encontramos necessariamente um sujeito” (Salum, 2012, p. 171), mas alguém que está totalmente alienado nas determinações oriundas do seu contexto e que, em função disso, não encontra palavras para justificar seu ato, atribuindo à responsabilidade do mesmo a família, aos colegas e à sociedade.

Por isso, para Salum, “uma medida deverá levar o adolescente a localizar o ato no contexto da sua vida, para que um distanciamento daquilo que o captura, e que se configurou como a única saída diante dos impasses na adolescência, possa ser possível.” (Salum, 2012, p. 171). O que no caso dos adolescentes indiferentes dificilmente acontece, pois, nessa situação, por não estabelecer uma relação transferencial com o técnico de referência na medida, o adolescente

tende a permanecer em silêncio, se restringindo a responder o que o técnico pergunta, se recusando, assim, a dar tratamento às questões que o levaram a infracionar.

Embora Freud (1917[1915]) afirme que não é possível realizar um trabalho com aqueles pacientes que manifestam no encontro com o analista a indiferença, na medida em que a transferência não se estabelece, ao discutir e analisar no terceiro capítulo o fragmento de caso de dois adolescentes indiferentes que cumpriram medida socioeducativa foi possível verificar que, ao contrário do que Freud afirmou sobre esses casos, a transferência pode se estabelecer. Mas, para isso, é necessário que o técnico de referência na medida retifique o Outro para o adolescente, ou seja, é preciso que ele apresente um Outro diverso do Outro que o adolescente encontrou na sua própria história. O que vai depender da forma como o técnico se apresenta na medida e maneja as dificuldades que vão surgindo nos atendimentos devido à indiferença manifesta pelo adolescente.

Portanto, nos casos em que o adolescente manifesta a indiferença no encontro com o técnico não basta só dar voz ao adolescente para que ele localize um sentido para o ato infracional praticado na sua história e possa, assim, se posicionar como sujeito diante das possibilidades que lhe são apresentadas na medida. Para que a responsabilização aconteça, sobretudo no âmbito subjetivo, é preciso retificar inicialmente o Outro para o adolescente. Pois só assim a transferência com o técnico pode se estabelecer viabilizando o trabalho a ser realizado com o jovem na medida.

Mas, há casos, como o do adolescente Wesley, em que este trabalho de retificação do Outro não foi possível. O que impossibilitou o estabelecimento da transferência e conseqüentemente a realização de um trabalho efetivo na medida. Trata-se de um caso difícil, pois, como vimos, o Outro para o adolescente é um Outro que quer agredi-lo, o que marca uma diferença na forma como Wesley e Pablo transitam no tráfico ao se tornarem indiferentes.

Pablo permanece no tráfico, mas se afasta dos traficantes, restringindo a sua convivência com eles aos momentos em que a sua presença era requisitada, já Wesley passa a praticar atos cada vez mais violentos, se colocando na “linha de frente”, como ele dizia, nos confrontos que aconteciam entre traficantes rivais e com a polícia, repetindo sua situação de objeto dejetivo. O que me levou a supor que no caso de Pablo, a indiferença surge como um estado afetivo que leva o adolescente a se afastar do grupo como uma tentativa de se proteger do sofrimento

desencadeado pela percepção de que o crime não passa de uma ilusão. Já no caso de Wesley, a indiferença reforça a posição que ele se coloca frente ao Outro, de objeto que se oferece para ser batido, e consequentemente a representação que ele tem do mesmo, uma vez que ao se colocar na “linha de frente”, ele se depara em todo momento com o Outro que quer agredi-lo.

Durante os meses em que Wesley ficou vinculado à medida, a técnica responsável pelo seu acompanhamento, por várias vezes tentou encaminhá-lo para o Programa de Proteção, em função das ameaças de morte que ele vinha sofrendo na comunidade, por causa do seu envolvimento com as guerras que aconteciam entre traficantes rivais e com a polícia, introduzindo, assim, para o adolescente um Outro diferente daquele que ele encontrou em sua própria história. Pois, ao contrário do outro que só quer agredi-lo, a técnica tentou preservar a sua vida buscando alternativas para afastá-lo da comunidade. Mas, Wesley ignorava as suas intervenções. Convicto de que seu destino já estava traçado, morrer no crime vítima desse outro que só quer agredi-lo, Wesley não acreditava que a técnica poderia fazer algo por ele. Diferente de Pablo que conseguiu a partir do encontro com a técnica na medida retificar o Outro, Wesley não foi capaz de fazê-lo. O que impossibilitou nesse caso o estabelecimento da transferência e a realização de um trabalho efetivo.

Dessa forma, podemos concluir que é possível realizar um trabalho com adolescentes indiferentes, desde que aquele que se propõe a acompanhar o jovem no cumprimento da medida localize em cada caso quem é o outro para o adolescente e o retifique, introduzindo um outro diverso daquele que ele encontrou na sua própria história. Para que, então, a transferência se estabeleça e o objetivo da medida, que visa, sobretudo, a responsabilização subjetiva seja alcançado.

Mas há casos em que ainda que o técnico se disponha a fazê-lo, a transferência não se estabelece. Pois, trata-se de casos que apresentam um limite. No caso de Wesley, esse limite é colocado pelo Outro primordial, que como foi discutido no terceiro capítulo, não foi capaz de amá-lo, por ele representar a sua vergonha, concordando, por isso, com o destino imposto pelo tráfico, que Wesley acatou sem vacilar.

REFERÊNCIAS

- Alberti, S. (2009). *Esse sujeito adolescente*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Barros, M.R.C.R. (1996). Adolescência: quê despertar. In Ribeiro, H.C.; Pollo, V. (Orgs). *Adolescência: o despertar Kalimeros*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Brasil. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF. Recuperado em 16 dez 2014, de http://ww.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.
- Brasil. Lei nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. (1927). Código de Menores. Recuperado em 16 dez 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm.
- Chaves, M.E. (2004). Père-version, Perversão, perversões, “Perè-version”, pères-versions... versões do pai. *Reverso*. v. 26. Recuperado em 12 jan 2015, de <http://www.pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0102-73952004000100010>.
- Costa, J. F. (1984). *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal.
- Cottet, S. (1996). Estrutura e romance familiar na adolescência. In: Ribeiro, H.C.; Pollo, V. (Orgs). *Adolescência: o despertar Kalimeros*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Fangmam, L. (2010). Do sintoma ao sinthoma: uma via para pensar a mãe, a mulher e a criança na clínica atual. *Opção Lacaniana on line*, ano 1(2). Recuperado em 12-01-2015 de www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero.../do_sintoma_ao_sinthoma.pdf.
- Freud, S. (1969a). A dinâmica da transferência. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Jayme Salomão, trad., Vol. 12, pp. 131-143). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1912).
- Freud, S. (1969b). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Jayme Salomão, trad., Vol. 12, pp. 149-159). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1912).
- Freud, S. (1969c). Recordar, repetir e elaborar novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Jayme Salomão, trad., Vol. 12, pp. 193-203). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (1969d). Observações sobre o amor transferencial novas recomendações sobre a técnica da psicanálise III. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Jayme Salomão, trad., Vol. 12, pp. 207-223). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914-1915).
- Freud, S. (1969e). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Jayme Salomão, trad., Vol. 12, pp. 273-286). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1911).

Freud, S. (1972a). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Jayme Salomão, trad, Vol. 7, pp. 123-252). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905).

Freud, S. (1972b). A interpretação de sonhos. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Walderedo Ismael de Oliveira, trad., Vol. 5, pp. 361-725). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900-1901).

Freud, S. (1974a). Sobre o narcisismo: uma introdução. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Themira de Oliveira Brito, Paulo Henrique Britto, Christiano Moreira Oitica, trad., Vol. 14, pp. 85-125). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914).

Freud, S. (1974b). Os instintos e suas vicissitudes. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Themira de Oliveira Brito, Paulo Henrique Britto, Christiano Moreira Oitica, trad., Vol. 14, pp. 129-162). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915).

Freud, S. (1974c). Esboço de psicanálise. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Maria Aparecida Moraes Rego, trad., Vol. 23, pp. 153-157). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1938).

Freud, S. (1974d). Análise terminável e interminável. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Maria Aparecida Moraes Rego, trad., Vol. 23, pp. 225-231). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1937).

Freud, S. (1974e). Construção em análise. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Maria Aparecida Moraes Rego, trad., Vol. 23, pp. 225-231). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1937)

Freud, S. (1974f). O Mal-estar na civilização. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (José Octavio de Aguiar Abreu, trad., Vol. 21, pp. 75-171). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1929-1930).

Freud, S. (1974g). Estudos sobre a histeria. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Christiano Monteiro Oiticica, trad., Vol. 2, pp.13-41). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895).

Freud, S. (1976a). O Ego e o Id. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Jayme Salomão, trad., Vol. 19, pp. 13-83). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1923).

Freud, S. (1976b). Psicologia de grupo e a análise do Ego. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Christiano Monteiro Oiticica, trad., Vol. 18, pp.89-179). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1921).

Freud, S. (1976c). Além do princípio de prazer. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Christiano Monteiro Oiticica, trad., Vol. 18, pp. 13-85). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1920).

- Freda, H. (1996). O adolescente freudiano. In Ribeiro, H.C.; Pollo, V. (Orgs). *Adolescência: o despertar Kalimeros*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Farah, B.L. (2003). *O pensamento freudiano frente à tolerância, a indiferença e o espetáculo: uma discussão sobre a crise da psicanálise na contemporaneidade*. Rio de Janeiro. Recuperado em 04 dez 2014, de www.egp.dreamhosters.com/encontros/.
- Garcia, C. (2001). Em conflito com a lei. *Curinga*, (15-16), pp. 122-129.
- Guerra, A.M.C. et al(2010). Construindo idéias sobre a juventude envolvida com a criminalidade violenta. *Estudos e pesquisas em psicologia*, (2), pp. 434-456.
- Guerra, A.M.C. et al. (2009). *A construção do laço social de jovens moradores de territórios com alto índice de criminalidade violenta*. Belo Horizonte: FAPEMIG.. (Relato de pesquisa).
- Guerra, A.M.C. (2015). *A psicanálise, não sem a política: aposta metodológica para a prática do psicanalista nas instituições públicas*. [No prelo.]
- Gutman, G. (2009). Amor celeste e amor terrestre: o encontro de Alcibíades e Sócrates em O banquete de Platão. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia fundamental*. Vol. 12.
- Green, A. (1988). *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta.
- Kehl, M. R. (2008). *A fratria órfã*. São Paulo: Olho d' Água.
- Koltai, C. (1999). Violência e indiferença: duas formas de mal-estar na cultura. *São Paulo em Perspectiva*. Vol. 13
- Laia, S. (2006). Declinações do pai em Lacan. *Revista Latusa*, (11), pp. 39-56.
- Laia, S. (2010). A violência enlouquecida de nossos tempos: considerações a partir da psicanálise de orientação lacaniana. *Asephallus*, vol. 6 (11). Recuperado em 15-12-14 em www.isepol.com/asephallus/numero_11/artigo_03_revista11.html.
- Laia, S. (2014). A violência nas cidades e o enxame que emaranha a vida: uma leitura referenciada na psicanálise de orientação lacaniana. In *Os corpos falantes e a normatividade do supersocial*. Rio de Janeiro: CIA de Freud.
- Lacadée, P. (2011). *O despertar e o exílio ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Lacan, J. (1973-74) Livre XXI, Les non-dupes errent. Inédito.
- Lacan, J. (1975). Le séminaire: R.S.I. *Ornicar?*, n.3. pp. 122. (Trabalho original publicado em 1974-75)
- Lacan, J. (1992). Produção do quatro discursos. In *O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1969-1970)

- Lacan, J. (1998a). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: *Escritos* (Vera Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1958).
- Lacan, J. (1998b). A agressividade em psicanálise. In *Escritos* (Vera Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1948).
- Lacan, J. (1999). A lógica da castração. In *As formações do inconsciente* (Vera Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1957-58).
- Lacan, J. (2003a). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da escola. In *Outros escritos* (Vera Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1967)
- Lacan, J. (2003b). Nota sobre a criança. In *Outros escritos* (Vera Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1969).
- Lacan, J. (2003c). Prefácio a O despertar da primavera. In *Outros escritos* (Vera Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1974).
- Lacan, J. (2003d). Os complexos familiares na formação do indivíduo. In *Outros escritos* (Vera Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1938).
- Lacan, J. (2008). Do Sujeito Suposto Saber, da díade primeira e do bem. In: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (M.D. Magno, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1964).
- Lacan, J. (2010a). A mola do amor: Um comentário sobre o Banquete de Platão. In *A transferência*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1960-61)
- Lacan, J. (2010b). A transferência no presente. In *A transferência*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1960-61).
- Lacan, J. (2010c). Crítica da contratransferência. In *A transferência*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1960-61).
- Laurent, E. (2000). *As paixões do ser*. [Apostila da VII Jornada da Escola Brasileira de Psicanálise da Bahia e da III Jornada do Instituto de Psicanálise da Bahia].
- Lowen, A. (1983). *Narcisismo: negação do verdadeiro Self*. São Paulo, SP: Cultrix.
- Miller, J.A. (2012). *Os outros em Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Miller, J.A. (1987). *Percurso de Lacan: uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar..
- Miller, J.A. (1998). *La transferência negativa*. Buenos Aires: Tres Haches.
- Miller, J.A. (1998). *A criança entre a mulher e a mãe*. Opção Lacaniana, (21).
- Miller, J.A. (2005). *Uma fantasia*. Opção Lacaniana, (42).

- Nassau, C. (2011). A contribuição do conceito de transferência para as medidas socioeducativas. *Clinicaps: Impasses da clínica*, 5 (15).
- Nascimento, M.L.V; Caniato, A.M.P. (2010). *O mal-estar na contemporaneidade: desamparo, indiferença e sofrimento narcísico*. Recuperado em 04 dez 2014, de <http://www.dpi.uem.br/abrapsosul/anais/trabalhos>.
- Pedrossian, D. R. S. (2008). *A racionalidade tecnológica, o narcisismo e a melancolia*. São Paulo: Roca.
- Platão. (2010). *O banquete*. Porto Alegre: L&PM Editores.
- Quinet, A. (2009). *Psicose e laço social: esquizofrenia, paranoia e melancolia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Recalcati, M. (2004). A questão preliminar na época do Outro que não existe. *Latusa Digital*, (7).
- Santiago, J. (2006). A clínica da pai-versão: um adeus ao pai morto. *Revista Latusa*, (11).
- Stevens, A. (2004). Adolescência, sintoma da puberdade. *Revista Curinga: Clínica do contemporâneo*, (20).
- Safatle, V. (2005). Depois da culpabilidade: figuras do supereu na sociedade de consumo. In: Parker, I., Dews, P., Safatle, V., Dunker, C. & Prado, L.A. (Orgs). *Zizek crítico: política e psicanálise na era do multiculturalismo*. Editora Hacker.
- Salum, M, J, G. (2012). O adolescente, o ECA e a responsabilidade. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, (6).
- Zeitoune, C. (2007). O ato infracional adolescente um apelo ao pai. *Asephallus*, (4).
- Zenoni, A. (2007). Versões do pai na psicanálise lacaniana: o percurso do ensinamento de Lacan sobre a questão do pai. *Psicologia em revista*. v.13 (1).